

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ**  
**SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES**  
**DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS**

**NORBERTO DECKER NETO**

**CARIDADE E ASSISTÊNCIA SOCIAL ESPÍRITA: IMBRICAÇÕES DO  
“AUXÍLIO” E DA “AÇÃO CIDADÃ”.**

**CURITIBA**

**2010**

**NORBERTO DECKER NETO**

**CARIDADE E ASSISTÊNCIA SOCIAL ESPÍRITA: IMBRICAÇÕES DO  
“AUXÍLIO” E DA “AÇÃO CIDADÃ”.**

Monografia apresentada como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharelado no Curso de Ciências Sociais, Setor Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Profa. Dra. Sandra Jacqueline Stoll

**CURITIBA**

**2010**

Para a Ana Maria

## **AGRADECIMENTOS**

Durante sua produção, esta pesquisa teve a contribuição de várias pessoas e instituições. Meus agradecimentos a todos que, de alguma forma, participaram desta empreitada. Em especial, à Sandra Stoll pela orientação diligente e atenciosa durante os quinze meses de estudo.

À Rosângela, Ana Lúcia, César, Helena, Malena e Nádia, o meu sentimento de gratidão pela colaboração que tiveram na realização desta monografia.

A minha família pelo respeito e paciência que tiveram em todo o percurso.

Às minhas alunas, que aceitaram o pedido de licença durante a redação da monografia.

Ao amigo Carlos Eduardo, com quem dividi todas as angústias, aventuras e inquietações vividas na graduação.

E, finalmente, à Ana Maria pela confiança depositada em minha formação. A ela dedico esta monografia.

Ko Maru kai atu

Ko Maru kai mai

Ka ngohe ngohe

## RESUMO

Por meio de trabalho de campo em duas instituições espíritas de Curitiba que desenvolvem atividades de assistência social, procurou-se identificar os “modos de agir, de pensar e de crer” dos espíritas vinculados à área de ação social. Objetivou-se também apreender a perspectiva dos diferentes agentes sociais envolvidos em atividades definidas como prática da caridade e da assistência social. Aponta a etnografia para um rumo que a ação social espírita vem tomando nas últimas duas décadas ao se apropriar do conceito de cidadania e relacioná-lo ao de caridade, na busca de se produzir novas formas de atuação social do Espiritismo, tais como a inserção deste em fóruns organizados pela sociedade civil e em conselhos do Estado. Atesta-se assim a ocorrência de uma reavaliação das funções sociais da religião junto ao Estado na área das políticas sociais de combate à pobreza, indicando valores religiosos como uma das motivações de participação cidadã.

**Palavras-chave:** caridade, assistência, cidadania, Curitiba.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>8</b>
<b>1. ESPIRITISMO E CARIDADE.....</b>	<b>13</b>
<b>1.1. Elementos da doutrina.....</b>	<b>13</b>
<b>1.2. Introdução do Espiritismo no Brasil .....</b>	<b>18</b>
1.2.1. A legitimação do Espiritismo no espaço público.....	20
1.2.2. Espiritismo no Paraná e em Curitiba.....	22
<b>2. CULTURA DA FILANTROPIA.....</b>	<b>26</b>
<b>2.1. O Terceiro Setor.....</b>	<b>26</b>
<b>2.2. O papel das “redes sociais” e o lugar da religião no Terceiro Setor.....</b>	<b>30</b>
<b>2.3. A cultura do “voluntariado”.....</b>	<b>32</b>
2.3.1. O ato de doar.....	32
2.3.2. O ato de se doar.....	33
<b>2.4. Caridade cristã e filantropia cidadã: aproximações e distinções.....</b>	<b>34</b>
<b>2.5. A caridade como “religião civil”.....</b>	<b>35</b>
<b>3. PESQUISA DE CAMPO.....</b>	<b>37</b>
<b>3.1. O itinerário da pesquisa.....</b>	<b>37</b>
<b>3.2. CEIC – Centro Espírita Ildfonso Correia.....</b>	<b>39</b>
<b>3.3. O Lar Fabiano de Cristo.....</b>	<b>45</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>52</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>56</b>
<b>Anexos.....</b>	<b>59</b>

## INTRODUÇÃO

*Se Deus visse o mal por mal  
Que só ao mal nos conduz  
Não daria para as trevas  
A caridade da luz.*

Instituiu-se no Brasil por meio da lei 5.063/1966 a data de 19 de julho como o Dia Nacional da Caridade. Este tema (a caridade) chama atenção de muitas pessoas, mas, sobretudo, dos espíritas, uma vez que estes procuram seguir a máxima: “Fora da caridade não há salvação”.<sup>1</sup>

Afirmado ser, ao mesmo tempo, ciência, filosofia e religião, apareceu na França do século XIX uma nova doutrina, de começo modesto na década de 1860, mas que se expandiu de uma forma relativamente rápida chegando ao Brasil no final do século. Trata-se do espiritismo ou Kardecismo, já que o “codificador”<sup>2</sup> desta doutrina escrevia seus textos sob o nome de Allan Kardec.

Kardec foi o pseudônimo escolhido pelo pedagogo francês Hippolyte Léon Denizard Rivail (1804-1869), um intelectual bastante reconhecido pelo seu meio, pela publicação de mais de vinte obras nas áreas de pedagogia e didática da língua francesa e também pela direção de alguns Institutos de educação em Paris. O interesse inicial pelos fenômenos das chamadas “mesas girantes” (experiências de “comunicação com os mortos”) e pelo magnetismo, fez com que ele depois de alguns anos de estudo, fundasse a “Doutrina Espírita”, através de sua primeira obra, “*O livro dos espíritos*” de 1857.

Nas cidades do Rio de Janeiro e de Salvador constituíram-se os primeiros grupos kardecistas, que contavam em sua maior parte com a participação de imigrantes

---

<sup>1</sup> Vale destacar que o conceito de caridade surge com maior densidade a partir do cristianismo. No judaísmo, por exemplo, este conceito é praticamente inexistente. Quando um judeu doa seu dinheiro ou tempo a uma pessoa necessitada, ele não está fazendo “caridade”, mas “justiça” ou *tsedacá*. Esta difere da caridade na medida em que não é definida “meramente como um ato de generosidade ou de auxílio a um pobre”. A *Tsedacá* não é um ato de caridade: toda vez que alguém proporciona satisfação a outros - mesmo aos ricos - com dinheiro, comida ou palavras reconfortantes, ele cumpre esta “justiça”.

<sup>2</sup> A fim de evitar eventuais confusões de conceitos, estarão entre aspas os termos referentes ao espiritismo, de modo que a divisão estabelecida entre a linguagem desta pesquisa e a linguagem de seu objeto de estudo seja claramente percebida.



franceses e de membros das elites e classes médias locais, nas quais se sobressaíam médicos, engenheiros, intelectuais e militares (Stoll, 2003:50). Uma das primeiras formas de divulgação da doutrina se deu através da publicação de obras espíritas (como “*O livro dos espíritos*”, “*O livro dos médiuns*” e “*O Céu e o Inferno*” de Allan Kardec) que rapidamente se esgotaram, dada a alta demanda que tiveram. Stoll (2003), contudo, salienta que essa não foi a única estratégia que os espíritas adotaram na tarefa de divulgação doutrinária. Segundo a autora:

Outras atividades contribuíram para a consolidação [do espiritismo] no cenário social, processo que [...] implicou rompimento da barreira de classe: religião de elite a princípio, o espiritismo se disseminou rapidamente entre os segmentos populares. Para isso contribuiu a constituição de “centros” espíritas, que hoje se encontram espalhados por todo o país, e o desenvolvimento da atividade doutrinária associada às práticas de cunho assistencial, como a distribuição de roupas e alimentos entre famílias que vivem em favelas e nas ruas. Através destes deu-se também a criação de inúmeras instituições filantrópicas, cujas ações estão voltadas principalmente ao atendimento a doentes, idosos e crianças. Os espíritas também se destacaram na prática da cura. Além dos “passes” e da atividade receitista, as chamadas “cirurgias espirituais” constituem uma das formas mais conhecidas de divulgação doutrinária (STOLL, 2003:51)

Vê-se assim que as organizações de filantropia e os serviços de assistência prestados pelos centros contribuíram significativamente para a popularização do espiritismo no Brasil. Que características têm hoje essa prática no Brasil? Como os espíritas nelas se engajam e como concebem estas atividades? Como vêem a caridade aqueles que são alvo dessa prática espírita? Essas são as principais questões que essa pesquisa pretende responder.

A crença em “vida espiritual”, “evolução” e em “reencarnação” são os principais temas da doutrina espírita. A prática da caridade articula estes conceitos, sendo importante notar que o conceito de “outro” (ou de “próximo”) é notavelmente distinto do de outras religiões (como a católica e a protestante). O espiritismo tem como um dos seus fundamentos básicos a noção de “evolução espiritual”, acredita-se que a trajetória de todo ser humano envolve diversas “encarnações”. A força principal que move a “evolução espiritual”, segundo os espíritas, é a prática da caridade. Em virtude disto, diz-se que o espírita deve auxiliar quem quer que o procure, assim como deve ir ao encontro de todos aqueles que precisam de ajuda, de modo a contribuir para o “progresso” destes, assim como de si próprio. A importância dessa prática é assinalada

por Cavalcanti (1983), quando a autora afirma que o espiritismo é composto por três pilares: o estudo, a mediunidade e a caridade. É justamente neste último que o caráter cristão do espiritismo é enfatizado, já que a condição fundamental para que ocorra a “evolução” é a “vivência do amor ao próximo segundo os ensinamentos de Jesus reinterpretados à luz do espiritismo” (Cavalcanti,1983:132). Neste sentido, toda atividade espírita é caridade. Porém, auxiliar os “necessitados” é o principal foco da caridade espírita. As ações designadas como “caridade”, segundo Cavalcanti (1983), envolvem, portanto, preferencialmente aquelas de caráter assistencial.

A caridade espírita funciona tanto como “ajuda moral ou espiritual”, assim como “ajuda material”, não se confundindo, segundo os espíritas, com a esmola, pois, enquanto essa degrada tanto quem dá, quanto quem recebe, aquela promove o “aprimoramento íntimo do ser”, a “auto-educação”, é o “amor em ação”, tido como a maior das virtudes. Entre os espíritas se tornou um mandamento: a caridade mobiliza pessoas e recursos financeiros visando a manutenção de atividades filantrópicas, executadas pelos centros, bem como outras instituições espíritas. De modo geral, as atividades de assistência social dessas entidades tendem a ser principalmente: fornecimento de refeições, distribuição de alimentos, roupas e utensílios, alfabetização de crianças e adultos, assistência médico-odontológica, manutenção de albergues, asilos, creches e lactários, amparo a famílias e/ou grupos específicos.

Normalmente, o serviço assistencial espírita vem acompanhado de uma proposta de evangelização, visto que se entende que o ensino da doutrina espírita direciona os indivíduos para a “prática dos ensinamentos de Jesus”, favorecendo-lhes o “caminho da felicidade”. Em outras palavras:

o objetivo da assistência social espírita não é [...], como muitos pensam, tão somente saciar corpos perecíveis, mas iluminar consciências, formar indivíduos saudáveis do ponto de vista físico, psicológico e espiritual, fazer homens de bem, porque o homem que se ilumina conquista a ordem e a harmonia para si mesmo. (OLEGÁRIO, Astolfo de Oliveira Filho, Visão espírita da assistência social, s/d.)

Podem-se destacar cinco pontos essenciais do serviço social prestado pelos espíritas, pois para eles: 1) “a prática do bem é um dever”; 2) “o bem que se faz jamais fica esquecido”, afirmando assim que sua prática, de alguma forma, acarreta benefícios

para quem o executa; 3) “não se concebe o trabalho de ajuda ao próximo sem o espírito da fraternidade”, concepção esta que sustenta, portanto, que qualquer ação de caridade, para ser “divina” ou moralmente motivada, precisa ter como suporte a “fraternidade”; 4) “o padrão da obra socorrista no mundo será sempre Jesus”, pois, para os espíritas, Jesus não é um personagem divino, mas sim um “espírito superior”, “o maior que já passou pela Terra”, adotando-o então como “modelo e guia de humanidade”; 5) “deve-se dar o pão que alimenta o corpo, sem esquecer a luz que ilumina o espírito”, entendendo-se por “luz” a disseminação de valores morais orientados pela doutrina espírita. Por meio da caridade sustenta o espiritismo que seja possível “a transformação da humanidade pela melhoria das massas por meio do gradual aperfeiçoamento dos indivíduos”. Assim, de acordo com os kardecistas, não se deve dar apenas “o alimento que mata a fome, o agasalho que supre o frio”, mas igualmente “o reconforto espiritual da palavra esclarecedora”, que incentiva o “irmão menos aquinhoado materialmente a caminhar com os próprios pés”.

É importante destacar o papel de Francisco Cândido Xavier na criação de modelos de exercício da caridade: as peregrinações em visita aos moradores de rua, as distribuições de sopa, as visitas a doentes e presidiários, doações e os financiamentos de instituições religiosas, entre outras, são atividades que até hoje são mantidas, tendo-se como fonte inspiradora o trabalho do médium mineiro.

Os elementos da doutrina que circundam o entendimento da caridade espírita e as características do seu serviço de assistência social são tratados no primeiro capítulo, onde também se procura elucidar a maneira pela qual o espiritismo adentrou e se legitimou no espaço público brasileiro e, em particular, paranaense. No segundo capítulo, a discussão adquire maior amplitude, na medida em que analisa as novas propostas de ação social defendidas por uma “sociedade civil” organizada cujos valores podem, ou não, se aproximar de contextos religiosos. Neste capítulo ainda se discute o papel da caridade e sua importância na tentativa de construção de uma identidade nacional. O terceiro capítulo apresenta a pesquisa de campo realizada; a etnografia objetiva identificar como o conceito de ação social se concretiza nas práticas da caridade espírita, informando modalidades do discurso sobre a assistência social espírita em Curitiba, bem como suas práticas. Duas instituições, o Centro Espírita Ildefonso

Correia (CEIC) e o Lar Fabiano de Cristo, constituem o foco da pesquisa de campo. Tomou-se o cuidado de analisar a assistência social espírita como integrante de uma dinâmica social mais abrangente, não restrita, portanto, somente ao seu universo religioso. As considerações finais resgatam aspectos importantes discutidos nos primeiros capítulos, trazendo reflexões acerca de como os espíritas se apropriaram do conceito de “cidadania” e de como redimensionam suas concepções de “política”.

## **1. ESPIRITISMO E CARIDADE**

### **1.1. Elementos da doutrina**

Na literatura antropológica brasileira são encontrados alguns estudos clássicos que abordam o Espiritismo, sua cosmologia, seus “rituais”, suas práticas e instituições, dentre os quais se pode destacar Aubrée e Laplantine (1990), Hess (1987), Camargo (1961), Cavalcanti (1983) e Damazio (1994). Tendo como referência estes dois últimos, discorrerei nesta parte do texto sobre alguns aspectos fundamentais da doutrina espírita e o seu modo de introdução no Brasil.

Maria Laura Cavalcanti (1983) afirma que, no Espiritismo, “cada homem, enquanto indivíduo, e a humanidade em geral têm uma natureza dupla: são corpo e alma, matéria e espírito” (Cavalcanti,1983:64). A tese espírita da imortalidade da alma, noção que funda o distanciamento entre o espiritismo e o cristianismo, afirma que matéria/espírito não são simplesmente duas faces ou dimensões da condição humana, constituem formas de existência que, segundo o espiritismo, se alternam no tempo. A vida de cada “espírito” é uma sucessão de “encarnações, desencarnações e reencarnações”. Os espíritas acreditam na existência de dois planos de realidade: o plano material, visível a todos nós, e o plano espiritual, habitado pelos “espíritos”. A tese defendida é que ora se habita o plano material, ora o espiritual, sempre se tendo em vista o “progresso individual”, assentado na noção de “evolução”, que é de ordem moral.

Apesar de terem a mesma origem, enquanto criação divina, os homens se diferenciam devido a suas sucessivas “encarnações” reguladas pela “evolução”, percorrendo uma trajetória de modo individual: acredita-se que os espíritos caminham progressivamente de estados de inferioridade moral para estados mais avançados de espiritualidade como resultado de experiências acumuladas na transição entre a vida no “plano terreno” e no “plano espiritual”. Cavalcanti (1983) destaca que, embora o percurso evolutivo se dê de modo individual, a “evolução” depende de interação com o “outro”, dentre as quais se destaca o exercício do “amor ao próximo”

Num sentido mais abrangente, qualquer atividade espírita é tida como de “caridade”, como “serviço de amor ao próximo”. Segundo classificação proposta por Giumbelli (1998), as atividades de um centro espírita podem ser divididas em: a) atividades religiosas, tais como estudo, divulgação doutrinária e desenvolvimento da “mediunidade”; b) assistência espiritual, prática que abarca sessões de “passes”, reuniões de “desobsessão”, de “atendimento fraterno”, “cirurgias ou operações espirituais” e; c) assistência material, prática que normalmente envolve doações de alimentos, dinheiro, remédios, vestuários, etc. Todas estas atividades podem ser entendidas enquanto ações de caridade. No entanto, este termo se aplica preferencialmente às atividades de cunho assistencial, prática em que os “pobres” se apresentam como objeto central, visto que a estes se associa a noção de “carência”, não apenas material, mas também moral. Caridade, portanto, remete à relação – espíritas/pobres – marcada por uma reciprocidade entre desiguais, no seu aspecto moral e social, mas entre iguais, no quesito “espiritual”. Neste quadro, há os que “dão” (os espíritas) e os que “recebem” (os “pobres”); os primeiros têm a oportunidade de exercitar o seu “aprimoramento íntimo” pela vivência do Evangelho junto aos indivíduos e às famílias em situação de “carência social-econômica-moral-espiritual”, de extinguir possíveis “tendências inferiores” de “vidas passadas”, de “conhecer as dificuldades e os problemas do próximo”, induzindo-os a respeitá-lo; enfim, de “superar os entraves do próprio desenvolvimento sócio-espiritual”. O ponto mais importante desta “remuneração espiritual”, no entanto, ocorre, segundo os espíritas, quando o trabalho de assistência se transforma em “servir”, em um “dever”.

Num sentido mais amplo, os espíritas oferecem um “auxílio” para que estas pessoas, os pobres, superem limitações e dificuldades materiais. Este “auxílio”, de acordo com os espíritas, pode contribuir de um modo significativo no “resgate” de “faltas pretéritas” dessas pessoas, ajudando-as, assim, na “construção de um melhor futuro espiritual”. A prática de “auxílio” tem uma dupla função: “ajudar” o pobre em suas “carências materiais e espirituais”, de um lado; contribuir para a “elevação espiritual” daquele que (se) doa, de outro.

Giumbelli (1998) afirma que a despeito das inúmeras discordâncias entre o espiritismo e o catolicismo, ambos não divergem quanto aos fundamentos da ética da caridade, já que consiste em obter “méritos” por meio da relação com o “outro”:

a trajetória evolutiva ou a salvação eterna estão necessariamente referidas a um outro - outro personificado de modo mais perfeito no pobre, no necessitado, no desvalido. É em função desta alteridade e desta diferença que a caridade, a partir seja da tradição católica, seja da cosmologia espírita, toma sentido, razão e imperatividade. Por outro lado, ela é também afirmação de uma igualdade mais radical, que repousa na própria condição de “espírito imperfeito” ou de “criatura” perante um Deus absoluto em sua perfeição, bondade e poder (GIUMBELLI, 1998:10).

Allan Kardec, “codificador” da doutrina espírita, afirmava que o trabalho assistencial não é uma característica do espiritismo, mas uma atividade presente em qualquer religião: “o princípio do aperfeiçoamento está na natureza das crenças, porque as crenças são o móvel das ações e modificam os sentimentos” (KARDEC, 2006:530). No “*Livro dos Espíritos*”, Kardec ao questionar algumas “espiritualidades” sobre o significado do termo caridade obteve a seguinte definição (que a partir da noção de “reencarnação” assume um sentido mais amplo): P: “Qual o verdadeiro sentido da palavra caridade como a entendia Jesus?- R: Benevolência para com todos, indulgência para as imperfeições dos outros, perdão das ofensas” (idem:530). Esta resposta, contudo, não diz como se deve acontecer a prática espírita da caridade. Fala-se em “benevolência, indulgência, perdão”. Não há prescrição ou direção estabelecida; não há um segmento social “preferencial” aí definido. Esse discurso “genérico” assume contornos particulares em contextos históricos e sociais específicos. É isso que Giumbelli (1998) pretende defender ao chamar atenção para a construção da “pobreza” como objeto da caridade espírita no Brasil.

Tal como praticada, a caridade espírita implica uma relação entre sujeitos socialmente desiguais: quem recebe são os “pobres”, tidos como duplamente “carentes” (social e moralmente, visto que suas condições materiais são tidas como espelho da condição/status moral); quem doa, são aqueles que “evoluem” por meio desta prática; bem situados socialmente, são tidos como moralmente superiores, hierarquia que a prática da caridade reitera.

Sob esta concepção de caridade que emergem todos os trabalhos de assistência, espiritual e material, realizados em centros espíritas; especialmente no caso dos “mais necessitados”, dizem os espíritas, que se faz mais necessária, além da ajuda material (doação de roupas, alimentos, etc.), a ajuda moral, pois o trabalho assistencial só se efetiva realmente quando consegue proporcionar um crescimento pessoal, não se confundindo, portanto, com a esmola, considerada humilhante tanto para quem a doa quanto para quem a recebe. A questão 888 do *“Livro dos Espíritos”* comenta bem sobre esta noção: “Sede, portanto caridosos, não somente dessa caridade que vos leva a tirar do bolso o óbolo que friamente atirais aos que ousam pedir-vos, mas ide ao encontro das misérias ocultas” (idem:533). Desse modo, a caridade espírita procura se diferenciar da simples ajuda material (esmola) ao se definir como “ir ao encontro do próximo”, haja vista que “o homem de bem, que compreende a caridade de acordo com Jesus, vai ao encontro do desgraçado, sem esperar que este lhe estenda a mão” (idem:532).

Vale citar dois pontos retirados do *“Manual de Apoio para as Atividades do Serviço de Assistência e Promoção Social Espírita”* (2000) que destaca dois objetivos da assistência:

a) Atender às famílias incluídas na programação assistencial do Centro Espírita, conjugando sempre a ajuda material, o socorro espiritual e a orientação doutrinária, sem imposições, visando à sua promoção social, de modo que possa constituir-se em um dos meios para a libertação espiritual do homem, finalidade primordial da Doutrina Espírita; b) Promover o indivíduo e a família carenciadas, no aspecto bio-psíco-sócio-espiritual, à luz da Doutrina Espírita, possibilitando-lhes refletir na grandeza da Codificação Kardequiana e conscientizando-os quanto às possibilidades de mudança tanto na vida exterior como na interior”. (FEB, 2000:15)

É interessante mencionar a ambigüidade constatada por Giumbelli (1998) com relação ao que é definido como “religioso” e como “assistencial”. Embora os espíritas salientem que a atividade de assistência social não tem como fim a conversão (proselitismo) dos assistidos, eles se preocupam em divulgar entre estes, ensinamentos e orientações de cunho moral, universal, que, acreditam, independe de qualquer confissão religiosa. Argumento que Giumbelli refuta ao afirmar que embora poucos sejam os assistidos que demonstram interesse pela cosmologia religiosa espírita, o modo de conceber o mundo é-lhes transmitidos em moldes doutrinários (idem:139). Daí a ambigüidade entre o que é religioso e o que é assistencial. Por esta razão também, a



prática da caridade abrange, além da distribuição de donativos (alimentos, calçados, roupas, utensílios domésticos, etc.), aulas de, por exemplo, bordado e costura e o estudo da doutrina. Vale ressaltar que este circuito de relações circunscreve-se na maior parte das vezes entre mulheres; normalmente, são as mulheres espíritas que a essas práticas mais se dedicam e são as mulheres “pobres” que recebem as doações.

Em síntese, a caridade é uma prática que, como afirma Cavalcanti, “se, de um lado, hierarquiza e distingue, de outro, ela aproxima e identifica” (1983:69-70). A base da caridade não se encontra somente no reconhecimento da inferioridade dos “outros” (assistidos), mas na de sua própria, enquanto “espíritos em evolução”. Os espíritas acreditam que precisam de tanta ajuda quanto as pessoas por eles assistidas. A fala de uma das dirigentes de um centro espírita que frequentei (cf. capítulo 3) demonstra bem esta necessidade:

se a gente pensar em caridade, nós estamos fazendo uma coisa para nós mesmos, nós, voluntários, somos os maiores presenteados com tudo isso. Eu acho que a gente aprende a dar mais valor à vida, a dar valor realmente para os problemas sérios da vida, a não ser mais tão egoísta.

Isso porque ainda que suponha a existência de uma desigualdade moral e social entre os indivíduos, afirma-se uma igualdade fundamental assentada na condição universal do processo evolutivo, ou seja, “todos são imperfeitos”, devendo por meio de seu esforço, interesse e “boas ações”, procurar reparar suas “imperfeições”.

Em *“Da elite ao Povo: advento e expansão do Espiritismo no Rio de Janeiro”*, Sylvia Damazio (1994) destaca que é através do pressuposto acima citado que a caridade é enfatizada, em detrimento da justiça social. A injustiça social, sob esta perspectiva, só se daria num plano aparente, pois, na verdade, ela seria apenas um reflexo da multiplicidade de graus evolutivos (nos seus aspectos moral e intelectual) dos indivíduos; enquanto alguns precisariam passar por inúmeras carências e dificuldades, com o intuito de corrigir erros passados, outros gozariam de confortos e riquezas. Para estes últimos, o “progresso” depende de ações de cunho moral, isto é, do exercício da solidariedade para com os “irmãos mais necessitados”. Uma transformação social mais profunda, segundo os espíritas, não se realiza como projeto coletivo: depende do progresso moral individual. Uma das formas de promovê-lo é “fazer caridade”, no qual

as virtudes da caridade e do “amor pelos semelhantes” se fizessem presentes e fossem a tônica. Para que seja concretizada essa transformação social faz-se indispensável, como salienta Damazio, a “educação das massas”, não tanto no sentido de instruir, de fornecer informações, mas no de formar “homens de bem”. (idem:35)

Em síntese, a cosmologia espírita acerca da caridade se dá desta forma; na subseção que se segue, procurarei mostrar o modo pelo qual o espiritismo se inseriu no Brasil e como o discurso da caridade e a prática da assistência social contribuíram significativamente para sua aceitação e popularização na sociedade brasileira.

## **1.2. Introdução do espiritismo no Brasil**

Em meados do século XIX, alguns jornais já informavam a existência de “reuniões espiritualistas”, principalmente em casas de pessoas de classe média, nas quais alguns fenômenos (“mesas girantes”, batidas e ruídos, entre outros) eram praticados como entretenimento. No entanto, Eduardo Araia (1996) relata que por volta de 1853 um grupo de pessoas se reunia sistematicamente na cidade do Rio de Janeiro a fim de estudar os “assuntos espiritualistas”. Neste grupo havia algumas pessoas bastante influentes da época como o historiador e homeopata Melo Moraes, o Visconde de Uberaba, o Marquês de Olinda, dentre outros.

Considera-se, porém, que a doutrina de Allan Kardec chegou ao Brasil em torno de 1860, tendo como primeiros adeptos um pequeno grupo de imigrantes franceses, no qual um dos destaques era Casimir Lieutaud, na época, diretor do Colégio Francês do Rio de Janeiro e responsável pela publicação do primeiro livro de temática espírita (“*Les temps sont arrivés*”, impresso na língua francesa, em 1860). Mas foi na Bahia que o espiritismo mais firmemente se organizou; em 1865 foi formado o primeiro centro espírita, o “Grupo Familiar do Espiritismo”, cuja direção ficou por conta do Dr. Luís Olímpio Teles de Menezes. Enquanto a doutrina se restringia aos imigrantes e pequenos grupos elitizados, ela não causou incômodo, mas as coisas começaram a mudar quando passou a ter maior adesão entre as classes populares.

Damazio (1994) afirma que a expansão do espiritismo no Brasil entre as classes populares teve como característica fundamental a prática da caridade, à época centrada

no atendimento médico (receitismo homeopático). Prática que, segundo a autora, decorre da convergência entre as idéias de Kardec e as de Hahnemann, criador do método homeopático. Os conceitos, por exemplo, de “princípio espiritual” e de “força vital” difundidos por Hahnemann iam ao encontro à concepção espírita de que o ser humano possui dois corpos – o corpo material e o corpo espiritual – sendo o “perispírito”, organismo fluídico que une o “corpo” ao “espírito”. Devido então a esta aproximação entre as duas doutrinas, a homeopatia foi adotada como prática corrente nos tratamentos de saúde.

Esse serviço prestado por médiuns receitistas teve à época uma grande demanda, o que, segundo Damazio (1994), ocorria em virtude de “crenças populares arraigadas por várias gerações” (idem:93), mas principalmente devido à inexistência de atuação do Estado na prestação de serviços de saúde às populações carentes. No Rio de Janeiro, por exemplo, não havia, pelo menos até metade do século XIX, atendimento médico-hospitalar público, cabendo assim às organizações beneficentes privadas, como a Santa Casa de Misericórdia, a prestação desses serviços, mas não se conseguia atender completamente às necessidades da população. Como solução, muitos recorriam aos trabalhos dos curandeiros e receitistas. Estes últimos, em especial, apresentavam como vantagem o fato de não cobrarem pelos serviços. Prática que se deve à orientação moral da doutrina espírita: a “cura” não sendo realizada pelos homens, mas, segundo a crença, pela ação dos “espíritos”, não cabe ao médium receitista, tido como “instrumento da caridade cristã”, pagamento ou qualquer recompensa pecuniária. Damazio (1994) informa que o sucesso dessa prática entre as “populações carentes” pode ser aquilatada pelo registro realizado no ano de 1905: somente na Federação Espírita Brasileira foram prescritas 146.589 receitas homeopáticas através do seu “Serviço de Assistência aos Necessitados”. (idem: 93)

O fato é que a crescente difusão dos médiuns receitistas e dos curandeiros chamou a atenção do clero católico e dos médicos, estes preocupados em manter o monopólio da prática medicinal e, aqueles atentos às expansões de crenças alheias às da religião católica. Foram principalmente esses dois grupos que acabaram por pressionar pela criação no Código Penal de 1890 de dois artigos que coíbiam práticas de medicina não-alopáticas e fórmulas mágicas, discordantes das crenças católicas. Tal pressão,

como lembra Damazio (1994), resultou na elaboração dos artigos contidos no capítulo terceiro (“Dos crimes contra a saúde pública”) do Código de 1890, que estabeleciam como crimes:

Art. 156- Exercer a medicina em qualquer de seus ramos, a arte dentária ou a farmácia; praticar a homeopatia, a dosimetria, o hipnotismo ou o magnetismo animal, sem estar habilitado segundo leis e regulamentos;

Art. 157- Praticar o espiritismo, a magia e seus sortilégios, usar de talismãs e cartomancias para despertar sentimentos de ódio ou amor, inculcar curas de moléstias curáveis ou incuráveis, enfim, para fascinar e subjugar a credulidade pública.( idem:94)

### 1.2.1. A legitimação do Espiritismo no espaço público

Ao classificar práticas de cura por meio mediúnico como “curandeirismo” e “charlatanismo”, o Código Penal de 1890 enquadrou o espiritismo, assim como as demais religiões mediúnicas do país (candomblé, umbanda, quimbanda e outros) na categoria de “magia”. Começa aí o embate pela busca de sua legitimidade no Brasil como religião.

Emerson Giumbelli no seu artigo “*A presença do religioso no espaço público: modalidades no Brasil*” (2008) pretende discutir a maneira pela qual as diversas religiões, em particular o espiritismo, se inseriram historicamente no espaço público, mais especificamente, como estabeleceu relações com o Estado (principalmente através de seus dispositivos jurídicos) na busca de construção de legitimidade social. Pergunta-se, em resumo, como nesse contexto de luta política se deu a definição de “religião” na sociedade brasileira. De modo especial, Giumbelli se esforça no sentido de demonstrar as estratégias utilizadas por diferentes religiões, que permitiram sua inserção no espaço público. O autor problematiza então a questão da laicidade do Estado tendo como referência o trabalho do antropólogo Talal Asad (1993), o qual, além de criticar as teorias universalistas de religião, propõe uma “antropologia do secularismo”, concebendo este último como um atributo da modernidade.

De acordo com Assad (1993), a modernidade ocidental teria um projeto que visa institucionalizar princípios, tais como o de laicidade. A tese defendida é a de que, ao

contrário do que muitos pensam, as categorias “secular” e “religioso” não são dadas, mas construídas contextualmente. Para melhor perceber esta conexão, faz-se necessário estudar tanto as formas de presença de agentes religiosos nos Estados seculares, quanto as definições seculares do religioso. Giumbelli recorda que o Brasil teve como seu marco histórico da construção do Estado laico a instauração do regime republicano no final do século XIX, quando houve: a) a separação entre Estado e igreja; b) a declaração do ensino leigo; c) a distinção de registros civis e de registros eclesiásticos; d) a secularização dos cemitérios; e) os casamentos tornaram-se civis e; f) a incorporação dos princípios de liberdade religiosa e igualdade confessional. (Giumbelli, 2008:2)

A respeito deste último ponto (liberdade religiosa), Giumbelli relembra que o Código Civil de 1917 dificilmente tratava da “religião que teria liberdade”, mas da “liberdade que teria a religião”, tendo-se como referência o catolicismo, cujo atributo religioso não era posto em discussão. Neste mesmo período existia um debate jurídico bastante intenso no sentido de avaliar se o conceito de religião se aplicaria aos cultos mediúnicos. Estes debates se dirigiam principalmente para a questão da saúde pública, um tema que, diz Giumbelli, nortearia as reflexões e discussões de uma grande massa da população brasileira daquele período. As repercussões desses debates serviram para demonstrar que a noção de liberdade religiosa se impõe por meio de regulação direta do Estado sobre práticas religiosas. O Código Penal republicano, que criminalizava o “espiritismo” e a magia, teve os artigos relativos a esses temas suspensos somente depois de 1940.

Em sua defesa, os espíritas investiram na afirmação de que suas práticas não eram mágicas, mas “religiosas”. Giumbelli (2008) afirma que os espíritas tiveram de lançar mão da categoria “caridade” para sustentar esta tese. Eles afirmavam que as curas mediúnicas realizadas nos centros espíritas não visavam recompensa financeira, ou seja, as práticas terapêuticas realizadas tinham motivação religiosa, eram prática de caridade. Giumbelli destaca que a legitimidade que a prática terapêutica espírita conquistou à época adveio de sua aproximação com o Estado por meio da assistência social, atividade que lhe garantiu o papel de “colaboração” com o Estado, modalidade que veio a se consolidar a partir da Constituição de 1934.

A título de comparação, o autor salienta que o espiritismo na França, seu local de origem, além de não ter-se inserido fortemente no imaginário social, não desenvolveu de modo acentuado a assistência social. Isto se deu em razão da doutrina espírita, quando introduzida no país, ter sofrido conflitos - tanto com outras religiões, quanto com instituições seculares (com destaque à medicina). Estas mesmas acusações, em especial de charlatanismo, foram enfrentadas no Brasil de modo particular: as instituições espíritas (principalmente as federações estaduais e a federação nacional) argumentaram que seus propósitos não eram de concorrer ou de ocupar o espaço de outros segmentos da sociedade, mas sim de cumprir um princípio religioso, o da caridade. Foi sob este “emblema”, diz Giumbelli (2008), que o espiritismo pode inserir suas práticas no espaço público; foi a partir da caridade que o espiritismo no Brasil construiu sua identidade e legitimação na sociedade.

#### 1.2.2. Espiritismo no Paraná e em Curitiba

O espiritismo no Brasil teve a sua estruturação nacional organizada a partir da fundação da Federação Espírita Brasileira (FEB) em 1884, cujo primeiro presidente foi o major Francisco Raimundo Ewerton Quadros. Seu meio de comunicação e divulgação da doutrina era a revista “O Reformador” fundada um ano antes (1883) e que até hoje continua a circular. (Flamarion, 1995)

No Estado do Paraná, as idéias espíritas circulavam desde 1890, por meio de duas revistas: “A Luz” e a “Revista Espírita”. Poucos anos depois, em 1904, a FEB menciona a existência de outras quatro publicações: “O Pharol”, “A Fé Espírita”, “A Voz da Verdade”, todas da cidade de Paranaguá, e “A Doutrina”, publicada em Curitiba. (Flamarion,1995:23)

A Federação Espírita do Paraná (FEP) é desse mesmo período: foi fundada em agosto de 1902 com o propósito de reunir os centros e grupos espíritas existentes no Estado tendo em vista uniformizar suas ações. Flamarion (1995) destaca que, em seu primeiro estatuto, a FEP estabelece como um de seus fins:

Propagar a doutrina espírita, de acordo com os princípios estabelecidos por Allan Kardec; investigar e estudar, com reflexão e prudência, os phenomenos e sua influência no mundo material;

Exercer e pregar a moral, praticar a caridade por todos os meios a seu alcance, concorrendo para tornar effectivos os laços da fraternidade e solidariedade humana e;

Crear e manter, quando as circunstâncias materiais o permittirem, assistências médicas, azylos de inválidos e de orphans e as caixas de socorro que julgar necessárias, de modo a dar a maior expansão possível ao espírito de caridade. (idem:44-5).

Este último item destaca como se definia então a prática da caridade espírita: criação de serviços de assistência aos pobres, órfãos, jovens, doentes, etc. A primeira instituição fundada para este fim foi a do Albergue Noturno em abril de 1915 na cidade de Curitiba.

O Albergue foi criado com a intenção de atender à população em trânsito por Curitiba, normalmente em busca de tratamentos de saúde e de melhores empregos. A instituição teve três sedes: primeiramente, ocupou o primeiro pavimento da atual sede histórica da Federação Espírita do Paraná (localizada na Rua Saldanha Marinho, esquina com a Alameda Cabral); em 1940, transferiu-se para o prédio onde hoje funciona a Creche Dr. Adolfo Bezerra de Menezes na Alameda Cabral e; em 1978 até o seu fechamento em 2003, se situava no Jardim Botânico com uma capacidade de atendimento de 200 pessoas, para as quais eram servidos três refeições diárias, dormitórios com leitos individuais e banhos (FEP,2002:16).<sup>3</sup>

Outra entidade estadual voltada à prática é o Hospital Espírita de Psiquiatria Bom Retiro. Além do Albergue, a FEP havia adquirido nos anos 30, um terreno afastado do centro da cidade com uma “paisagem tranqüila, bucólica e cercada de bosques” cujo objetivo era a fundação de um hospital espírita em Curitiba. Contudo, este projeto só foi realizado em 1945, dando no ano seguinte início ao funcionamento do Hospital Bom Retiro (denominação que, posteriormente passou a ser também do bairro onde este está localizado). Podem ser citadas também outras instituições: a Associação Protetora do Recém-Nascido, entidade fundada no final dos anos 30 por um grupo de senhoras espíritas, que visava oferecer auxílio às mães pobres e assistência aos

---

<sup>3</sup> Os dados apresentados neste item, de contextualização histórica da prática da caridade no Paraná, se baseiam no catálogo “Memória da Federação Espírita do Paraná no seu Centenário”, publicado no ano de 2002.

recém-nascidos; a Associação das Senhoras Espíritas, criada em 1946, que atualmente atende a mais de quinhentas famílias da capital e da região metropolitana, às quais são doadas roupas novas e usadas, cobertores, calçados, utensílios domésticos e materiais de limpeza; a Caixa de Assistência ao Tuberculoso Pobre e Família, fundada em 1947 cujo fim é prestar “auxílio espiritual e material” aos enfermos necessitados; a Creche Dr. Adolfo Bezerra de Menezes, criada em 1949, que atualmente presta atendimento a quase trezentas crianças da faixa etária de três a seis anos através de atividades de recreação e educacionais, além de serem oferecidas também quatro refeições diárias, atendimento médico-odontológico e exames laboratoriais; a Escola Profissional Maria Ruth Junqueira, que começou a funcionar em 1954 e hoje prepara cerca de seis mil alunos carentes por ano para o mercado de trabalho; as creches Josefina Rocha criada em 1959 (situada em Curitiba) e Mariinha, fundada em 1976 em Campo Largo, que oferecem diversas atividades, tais como recreação, artesanato, teatro, música, aulas de informática, moral cristã, entre outras, comportando em média cerca de cem crianças cada. Vale destacar que todas essas entidades assistenciais foram fundadas durante a gestão de João Ghignone, presidente da Federação por um período de 46 anos (1932-1978). Finalmente, menciona-se a Fundação Hildebrando de Araújo, criada em 1992 cujo fim é ofertar projetos de qualificação profissional para pessoas pertencentes a famílias de baixa renda, qualificando-as para o mercado de trabalho. Esta qualificação profissional é implementada através de projetos de instituições conveniadas à Fundação, que investe seus recursos na contratação de professores e instrutores que auxiliam na preparação para o trabalho. Por meio desses projetos dedicados à educação, a Fundação tem “um papel fundamental na formação pessoal, desenvolvendo cidadania e apresentando novos caminhos para o futuro”. Com o apoio da Fundação está sendo possível viabilizar o trabalho de instituições como: a) APOIO - Associação Paranaense de Orientação, Integração e Ofícios de Colombo-PR; b) Alvorecer Ação Social e Educacional – Curitiba-PR; c) EDHUCCA - Escola de Desenvolvimento Humano “Casa do Caminho” - Apucarana-PR e; d) CICCCK – Centro de Integração e Capacitação de Crianças, Adolescentes e Adultos - “Allan Kardec” – Apucarana-PR (Relatório cedido pela Fundação Hildebrando de Araújo, 2008:2).



É importante lembrar que todas estas são instituições vinculadas à Federação Espírita do Paraná. Em regra, quase todo centro espírita, filiado ou não à Federação, desenvolve uma atividade assistencial. Esta pesquisa focou-se apenas num segmento deste universo, as atividades desenvolvidas por instituições filiadas à Federação Espírita do Paraná. A título de curiosidade, no Anexo I constam as atividades assistenciais de um centro não-filiado à Federação, a Sociedade Brasileira de Estudos Espíritas, de alcance e amplitude comparáveis ao da Federação.

No capítulo que se segue, ampliarei o foco da análise procurando discutir a historicidade e as transformações pelas quais vêm passando aquilo que se denomina por “cultura da filantropia”, e como as práticas espíritas da caridade se inserem nesse contexto, tendo em vista apontar continuidades, bem como transformações observadas em sua prática assistencial.

## **2.CULTURA DA FILANTROPIA**

### **2.1. O Terceiro Setor**

Qual o significado da palavra “filantropia”? Ela vem do grego e significa “amor à humanidade”, comprometida com ações de altruísmo e desprendimento.

Inúmeras empresas iniciaram, principalmente a partir da década de 90, seus programas filantrópicos no Brasil, buscando associar o investimento em “ações sociais” com retorno em imagem pública. Algumas empresas criaram instituições sociais, outras optaram por se tornar parceiras de instituições filantrópicas. Mas em que medida “filantropia” pode ser entendida como “desenvolvimento social”, uma atividade de responsabilidade eminentemente estatal? Esta pergunta remete a outra: qual a distinção entre filantropia e o que os especialistas denominam práticas do “Terceiro Setor”? (Ioschpe,1997:I). Essas são algumas das questões que este capítulo procura discutir.

A antropóloga Ruth Cardoso (1997) afirma que o conceito de “Terceiro Setor” evidencia “um espaço de participação e experimentação de novos modos de pensar e agir sobre a realidade social” (idem:8). Além disso, ele tem o grande mérito, segundo Cardoso, de romper a dicotomia “Estado x mercado”, o que é público e o que é privado. Surge assim um domínio que é público, mas não-estatal ou, em outras palavras, iniciativas privadas com fins públicos.

A categoria “Terceiro Setor” engloba uma gama diversa de atores e de formas de organização. Nos anos 80, surgiram as ONGs, instituições cuja inserção social envolve atividades as mais diversas (proteção ao meio ambiente, prevenção de doenças como a AIDS, promoção dos direitos humanos, etc.) em função das quais vêm adquirindo notória participação na sociedade. O Terceiro Setor abriga também iniciativas sociais vinculadas à atividade empresarial, nesse caso os investimentos podem se dar por meio da criação de uma “fundação”, em geral voltada para ação educacional (como a Fundação Abrinq, a campanha da rede Globo “Criança Esperança”, etc.) ou por meio da construção de parcerias com instituições sociais existentes, públicas e privadas. Esse

campo compreende, portanto, atualmente instituições de diversos formatos institucionais que atendem a demandas sociais de diversos tipos: questões de saúde, educação e bem-estar social, organizações de defesa dos direitos de minorias (povos indígenas, mulheres, negros, homossexuais, etc.), de proteção ao meio ambiente, promoção da cultura, do esporte e do lazer. Essas instituições funcionam com trabalho assalariado, mas também abrigam experiências de trabalho voluntário. Ruth Cardoso chama a atenção para um fenômeno recente do Terceiro Setor: o da filantropia empresarial, por meio da qual as empresas procuram assumir compromissos e responsabilidades que visem melhorias à comunidade. Em resumo, o Terceiro Setor teria um papel fundamental, no que tange tanto à mobilização dos recursos materiais quanto humanos, na resolução de desafios como o do combate à pobreza e no da exclusão social, buscando-se valorizar as noções de interlocução e de parceria.

Rubem César Fernandes (1997) assegura que a expressão “Terceiro Setor” vem do inglês (*third sector*), de uso corrente no vocabulário sociológico dos Estados Unidos da América, onde paralelamente também se usam expressões como “organizações sem fins lucrativos” e “organizações voluntárias”. Nestas instituições, o lucro não é distribuído entre os diretores e associados e suas ações se diferenciam daquelas implementadas pelo Estado.

O autor relembra que a lei inglesa ao tratar destas organizações as classifica como “caridades” (*charities*), o que alude a um ethos religioso na medida em que remete à idéia de trabalho como doação (de si). A literatura anglo-saxã também utiliza o termo “filantropia”, mais abrangente do que caridade, e também “mecenato”, termo que remete à prática corrente da Corte na Renascença, em que se ganhava prestígio apoiando as artes e as ciências. Na Europa continental, por sua vez, tem-se a preponderância da expressão “organizações não-governamentais” (ONGs), termo criado pela Organização das Nações Unidas. A ONU justificou a participação das ONGs no seu interior, pois apesar de não representarem Estados, trata-se de organizações que vêm adquirindo relevância política no cenário internacional. Fernandes salienta que através da ONU e seus programas de cooperação internacional, multiplicaram-se na Europa ocidental, principalmente a partir dos anos 60 e 70, ONGs cujos fins eram promover o desenvolvimento nos países de Terceiro Mundo. O projeto destas ONGs da Europa

funcionam, em geral, por meio de parcerias estabelecidas com instituições criadas nos países “em desenvolvimento”, ou seja, por meio delas implementou-se a criação de ONGs também no hemisfério sul. (FERNANDES, 1997:26).

Na América Latina, segundo Fernandes, essas organizações e suas práticas remetem à discussão sobre a “sociedade civil”.<sup>4</sup> Na sua acepção clássica, “sociedade civil” designa instituições privadas (as empresas, inclusive), que livremente interagem na sociedade, limitadas e unificadas, porém, pelas leis do Estado. Nas lutas contra os regimes ditatoriais, a partir dos anos 60 e 70, a América Latina retomou este conceito, tendo-se como destaque a literatura hegeliana de esquerda, em especial, o marxismo de Gramsci. Estas referências contribuíram para que os intelectuais de esquerda defendessem a autonomia da sociedade civil frente ao Estado. Na busca pela democratização, o termo “sociedade civil” remetia à noção de cidadania:

Estar na sociedade civil implicaria um sentido de pertença cidadã, com seus direitos e deveres, num plano simbólico que é logicamente anterior ao obtido pelo pertencimento político, dado pela mediação dos órgãos de governo. Marcando um espaço de integração cidadã, a sociedade civil distingue-se, pois, do Estado, mas caracterizando-se pela promoção de interesses coletivos, diferencia-se também da lógica do mercado. Forma, por assim dizer, um Terceiro Setor (WOLFE, 1992; apud FERNANDES, 1997:26-7)

Atualmente este conceito, “sociedade civil”, adquiriu novos significados: quando se menciona hoje organizações da sociedade civil, estas não necessariamente excluem a participação do Estado como outrora, mas fazem frente também ao mercado.

Entende-se por “Terceiro Setor” todas as organizações sem fins lucrativos, que dependem de participação voluntária e cujas ações se dão num domínio não-governamental. Suas práticas dão seqüência às outras, já tradicionais, como a filantropia e o mecenato, mas frequentemente têm conteúdo político, uma vez associadas a políticas de inclusão e cidadania.

---

<sup>4</sup> Relembra-se que o conceito de “sociedade civil” advém do século XVIII e que teve papel relevante para a filosofia política moderna, de modo especial para os autores da Europa continental. Sua significação remete a um estágio intermediário entre a natureza (pré-social) e o Estado, onde se daria completamente a socialização por meio do reconhecimento e do cumprimento de leis universais.

Fernandes (1997) assume que a definição dada pode parecer estranha, visto que reúne, numa mesma categoria, termos relativos a épocas e contextos distintos. No entanto, é importante destacar que, embora algumas diferenças existam, estes conceitos se complementam. Não se confundem, mas não se excluem completamente, por vezes há uma imbricação entre suas práticas, como ilustra o autor no comentário que segue:

a irmã de caridade que defende sua creche como uma ação de cidadania ou o militante de organizações comunitárias que elabora projetos para o mecenato empresarial tornaram-se figuras comuns (idem:27)

Para concluir, pode-se afirmar que o Terceiro Setor atua em áreas que são também de atuação do Estado: assistência social, saúde, educação, meio-ambiente, esporte, geração de renda, cultura, trabalho, etc. Sua atuação, porém, se contrapõe ao mercado na medida em que sua participação se volta a atividades de interesse comum. Tradicionalmente este campo de atuação restringia-se às instituições filantrópicas, que em larga medida dependem da participação de voluntários. Prática corrente em instituições religiosas, cujos voluntários atuam em retribuição a bens/serviços recebidos, como prática de militância política ou doação de recursos, por exemplo, em tempos de disputa eleitoral. Entretanto, como nota Fernandes (1997), essas práticas caracterizam a participação de indivíduos em grandes instituições (igreja, Estado), que definem o sentido e os recursos a serem destinados em prol dos interesses coletivos. A politização dessa prática, ao associar-se à questão da cidadania, abriu o campo de atuação do “Terceiro Setor”: este supera a dicotomia sagrado e profano, público e privado, a diferença entre consciência individual e o mandato das instituições. O Terceiro Setor congrega pessoas e empresas para participarem diretamente da produção dos bens e serviços de interesse coletivo e, por fim, modifica a relação dicotômica entre o Estado e o mercado, salientando os valores político e econômico presentes nas ações voluntárias sem fins lucrativos. Reelabora noções, como a da caridade, traduzida por expressões como “solidariedade social”. Neste contexto, a participação cidadã se faz imprescindível, o que, de certa forma, contribui para o desenvolvimento da filantropia empresarial. Rubem César Fernandes (1997) ainda menciona que o Terceiro Setor

difunde a idéia do voluntariado como expressão de existência cidadã, acessível a todos e a cada um, indispensável à resolução dos problemas de interesse comum. Atribui, em suma, um sentido fundamental

ao conjunto das iniciativas que compõem o Terceiro Setor; comensurável ao que nos acostumamos a atribuir ao Estado e ao mercado. (idem:31).

## **2.2. O papel das “redes sociais” e o lugar da religião no Terceiro Setor**

Joanildo Burity (s/d) destaca que a partir dos anos 90 se verifica um estímulo à participação de grupos religiosos na área social, o que acarretou uma reavaliação das funções sociais da religião e uma ressignificação do papel do Estado no que se refere às políticas sociais. Seu trabalho (s/d) constatou uma alta incidência de iniciativas religiosas na área de assistência social junto a contingentes pobres da população, e uma presença significativa de motivações religiosas nos empreendimentos de ONGs. Esses fatores o levaram a estudar a maneira pela qual as religiões se inserem nas redes sociais de combate à pobreza. Segundo o autor, a religião não se circunscreve mais (em algum momento será que ela foi assim?) apenas no campo das convicções íntimas nem se restringe à esfera institucional (igreja). O autor destaca as formas de ação com vistas ao desenvolvimento da cidadania, ou, vale dizer, o papel que os valores religiosos têm para a participação cidadã.

Nesta conjuntura, as identidades dos diferentes agentes sociais passaram por algumas mudanças, dentre as quais se procurou valorizar relações mais horizontais - em detrimento das mais hierarquizadas, houve uma descentralização das ações, haja vista a existência de vários canais de comunicação, ou seja, das redes sociais. Teve-se aqui um duplo processo: de um lado, o Estado tendeu a transferir para o segmento organizado da sociedade civil recursos e incumbências, a fim de que este fornecesse bens e serviços de ordem pública e, de outro, houve relativa autonomização da sociedade civil no que se refere às estratégias de resolução de seus problemas, como a pobreza, enfatizando-se, assim, a atuação desta por meio das redes sociais. Esboçou-se, a partir das redes sociais, como nota o autor

uma ambiciosa, porém pragmática, articulação entre ampliação da cidadania, reforço da malha associativa, reconstrução dos laços de solidariedade e reciprocidade entre indivíduos e grupos e reinvenção da cultura democrática para combinar pluralismo e diferença com ética e ênfase na inclusão econômica, social, cultural. (FERNANDES, 1997:4)

Duas importantes características podem ser destacadas: primeiro, as redes sociais visam estimular a auto-organização comunitária e coordenar os meios e os empreendimentos que proponham soluções para a omissão do Estado no campo social principalmente através de agência coletiva, segundo, as redes sociais lançam mão de um vocabulário, o da solidariedade, da dádiva e do voluntariado, que redefine nas condições contemporâneas projetos de ampliação da cidadania e combate à exclusão. Seu desafio é o de se articularem de modo a conquistarem maior eficácia política e produtividade na aplicação dos recursos escassos. A questão da eficiência se define em termos de um equilíbrio entre efetividade e representatividade social. Para que projetos da sociedade civil organizada sejam bem sucedidos é preciso que esta, ao contrário de uma lógica competitiva, tenha a capacidade de se articular em redes, marcadas pela pluralidade de atores e valores reunidos a partir de questões entendidas como comuns.

Neste cenário, as religiões vêm ganhando espaço, por meio de distintas intervenções. Dada a heterogeneidade das crenças religiosas não é difícil concluir que estas participam de modo heterogêneo no campo da ação social.

Uma questão pertinente a este tema é formulada da seguinte forma por Burity:

em que medida as tendências contemporâneas de participação social das religiões – ainda quando se expressam em formas tradicionais – acrescentam em termos de “capital social” às possibilidades de novos formatos de interação social, no caso, entre a cultura de mercado e o que alguns autores têm chamado de cultura da dádiva? (BURITY, s/d:10)

Observa Burity (s/d), que é preciso que se analise esta tendência não apenas como retorno da filantropia e da caridade; há uma dimensão relativamente recente, e a filantropia, neste quesito, é apenas “a ponta do iceberg”, como adverte Rubem César Fernandes (1994). Muitos projetos em vias de ou já implementados por estas instituições objetivam modificar, de maneira vigorosa e coletiva, as condições de vida de grupos e/ou comunidades. As ações propriamente filantrópicas seriam apenas emergenciais, tendo em vista criar visibilidade à instituição e oportunidade para o estabelecimento de relações de confiança entre esta e os beneficiários. Os empreendimentos desse tipo, ao contrário da caridade dita assistencialista e paternalista, procuram agir ativamente nas redes de articulação social, indo ao encontro das questões voltadas à cidadania e à solidariedade num “espaço público, porém privado” onde as ONGs são a referência.

Dentre estas organizações se destacam algumas entidades para-eclesiásticas, que atuam num sentido mais moderno, laico, sem fins proselitistas. (Burity,1997:12)

### **2.3 A cultura do “voluntariado”**

#### 2.3.1 O ato de doar

A dificuldade em traçar uma linha clara de separação entre o que é “assistencialismo” e o que é “promoção social” ou, entre a “caridade cristã” e a “solidariedade social” é notada por Regina Novaes em um artigo ainda não publicado: *“Hábitos de doar: motivações pessoais e as múltiplas versões do espírito da dádiva”* (s/d). Isso se dá porque as ações voluntárias de doação (de tempo, de bens materiais ou de dinheiro) têm, por parte de seus agentes, motivações e representações que tornam possíveis as conexões entre a lógica da reciprocidade (com intuitos religiosos ou humanitários) e a lógica da cidadania. Rubem César Fernandes (1997) também afirma que práticas dessa natureza em tais contextos são difíceis de serem contabilizados ou isolados, dado a sua informalidade.

Buscar quais são as motivações e representações que levam os indivíduos a doarem (seu trabalho, dinheiro ou bens) para um “outro” mais carente se apresenta como alternativa de pesquisa. Como é a relação estabelecida entre aquele que doa e aquele que recebe? Como se dá o circuito de reciprocidade – dar, receber e retribuir- implicado nessas relações sociais? Estes questionamentos reportam à pesquisa coordenada por Leilah Landim e Maria Celi Scalon *“Doações e Trabalho Voluntário no Brasil”* (2000), realizada a partir de 1200 entrevistas com pessoas de mais de 18 anos, habitantes de cidades com mais de 10 mil pessoas. Este estudo informa que 50% das doações feitas no Brasil vão para instituições religiosas, por meio das quais se realizam trabalhos sociais: 46% destinam-se às instituições de assistência social (como orfanatos, abrigos, creches, etc.), e somente 2,8% vão para outras entidades (como as de educação, de saúde, de defesa dos direitos, etc.). Outro dado interessante dessa pesquisa menciona que os fatores – frequência a cultos religiosos e tendência a realizar doações- são diretamente proporcionais, ou seja, quanto maior a frequência a cultos religiosos, maior é a tendência de se realizar doações. Os espíritas se destacam como aqueles mais



propensos a fazerem doações: 43,5% dentre eles declararam que, em 1998, doaram bens; 34,5% dos evangélicos (segundo lugar no ranking) disseram ter feito o mesmo; segue-se a estes os católicos (28,1%). Dentre aqueles que revelaram não ter feito doações, os espíritas novamente se sobressaem, apresentando o menor índice (20,5%); os católicos 52,3% e 45,8% dos evangélicos afirmaram não terem doado (LANDIM & SCALON, 2000; apud NOVAES, s/d: 9-10).

Essa pesquisa apontou também que quanto maiores a escolaridade e o nível de renda, maior é a tendência das pessoas a realizar doações e isso vai ao encontro, como observa Novaes (s/d) do perfil dos doadores espíritas, que, comparado a outras religiões, apresentam os índices mais elevados nesse quesito. Os espíritas são os que mais doaram bens e/ou dinheiro para instituições de assistência social, não aos centros espíritas propriamente ditos. Landim e Scalon (2000) apontam ainda que, ao se comparar a tendência das pessoas a fazerem doações no Brasil e nos Estados Unidos, neste último, a propensão é mais forte entre aqueles que pertencem a associações ou a redes de socialidade determinadas, enquanto que no Brasil, as doações ocorrem especialmente por motivações religiosas.

No contexto brasileiro, encontram-se imbricadas falas do tipo “ser voluntário é ter solidariedade para com o próximo”, “ajudar o irmão mais necessitado é nosso dever” de cunho mais religioso, e falas como “o voluntariado contribui para a melhoria da sociedade” ou “ser voluntário é ser cidadão”, mais ligadas a projetos de participação cidadã. Regina Novaes (s/d) destaca que a maior confiabilidade em doações dirigidas às instituições religiosas se dá no Brasil porque o circuito de reciprocidade, como afirmou Marcel Mauss, é mediado por valores e crenças, que justificam e animam os doadores e os beneficiários.

### 2.3.2 O ato de se doar

A pesquisa de Landim e Scalon (2000) informa que, com o início dos anos 90, procurou-se estimular uma cultura moderna da filantropia e do “voluntariado”, onde se articulavam agências do governo (cf. “Comunidade Solidária”) e fundações

relacionadas ao setor privado. Estas vinculações objetivavam um modelo em que as ONGs, as associações de voluntariado e as fundações (não ligadas às esferas do lucro e do poder) desenvolvessem uma autonomia e, ao mesmo tempo, uma complementaridade entre suas práticas orientadas pela idéia de “sem fins lucrativos”.

Marcelo Camurça (2003) ressalta um caso exemplar deste modelo: o “Programa Voluntário”, apresentado pela Comunidade Solidária no ano de 1997 que tinha como fim a

implantação de uma cultura moderna do voluntariado preocupada principalmente com a eficiência dos serviços e a qualificação de voluntários e instituições”, cultura essa que admitia práticas tradicionais, mas que buscava fundamentalmente “uma nova visão do trabalho voluntário que não tem nada a ver com caridade e esmola, mas com cidadania participativa e eficiência e resultados” (LANDIM & SCALON, 2000:12-3; apud CAMURÇA, 2003: 44)

Chama atenção a participação das “visões de mundo” religiosas no tocante ao tema voluntariado, as quais tendem a acrescentar um sentido de “comprometimento”, “fidelidade”, e “uma maior perseverança” no trabalho junto a populações carentes, em especial em situações que exigem maior envolvimento pessoal. Predisposições morais que se mostram indispensáveis na prática da ação voluntária.

#### **2.4. Caridade cristã e filantropia cidadã: aproximações e distinções**

Marcelo Camurça (2003) sustenta que, a partir do momento em que a “caridade” se desloca do campo da crença religiosa para o domínio cívico-social (gerando modalidades modernas de sua prática, como o “voluntariado”), quando ela se afasta das esferas das relações pessoais para adentrar o campo público das normas, regras e contratos sociais, como consequência tem-se a supressão “estado pré-moderno” desta prática, marcado pelo “clientelismo” e “assistencialismo”.

A tese do autor é que, apesar das tentativas de “colonização da caridade” tradicional, por meio de formulações modernas como “eficácia” e “marketing social”, esta permanece na sua forma original presente tanto no campo informal e tradicional quanto nas experiências modernas de “gestão empresarial” de assistência social institucionalizada. Na verdade, o que ocorre é uma disseminação do “espírito da dádiva” e da reciprocidade nas ordens política e econômica, originariamente alheias e tantas

vezes antagônicas a este, pois, como lembra Godbout (1999), a dádiva e a reciprocidade estabelecem “um sistema de relações sociais propriamente ditas na medida em que estas são irredutíveis às relações de interesse econômico ou de poder” (1999:22). Defende-se a continuidade dos valores da caridade tradicional nas práticas da moderna filantropia, o que permite Camurça especular sobre o alcance da dádiva, entendida como qualidade de articulação e expressão de um ethos, uma auto-representação, por meio da qual certos segmentos sociais entre os brasileiros se compreendem e se reconhecem (Camurça, 2003:48)

Godbout e sua corrente anti-utilitarista das ciências sociais sustenta a existência da obrigatoriedade das relações de reciprocidade e a realidade da dádiva - inclusive nas relações mercantis e políticas típicas da modernidade. Tendo como base a definição de Mauss (2003), o autor demonstra que também nesta, o circuito da dádiva, aquilo que é ofertado ou trocado tem como fim estabelecer vínculos sociais. É a partir desta lógica, diz Camurça (2003), que no Brasil, a caridade consolida a relação entre aqueles que doam e recebem, permitindo certa igualdade e indiferenciação entre ambos, já que os que doam falam estar retribuindo o que ganharam. Como afirma Camurça (2003), nestas situações

dar é retribuir e, inversamente, retribuir significa dar. A gratidão dos mais fracos funciona como doação sua para os mais fortes, pois este retorno significa para os segundos uma transformação na sua vida. Através da dádiva constroem-se relações “face a face” entre pessoas e grupos de condições diferentes e com motivações distintas, que confluem para aquele laço de reciprocidade que termina por ligá-los e satisfazê-los mutuamente (idem: 50)

## **2.5 A caridade como “religião civil”**

Analisando os resultados da pesquisa de Landim e Scalon (2000), Marcelo Camurça (2003) defende a hipótese de que a nossa “ajuda ao próximo” (brasileira) age enquanto uma “religião civil”, termo elaborado por Robert Bellah (1987) para o caso dos Estados Unidos. Esse conceito remete a valores religiosos difundidos e compartilhados por grande parcela dos estadunidenses, gerando uma esfera religiosa pública cujas expressões (crenças, rituais e símbolos) desempenham um papel significativo para o crescimento e consolidação das instituições norte-americanas.

Deslocada para a realidade brasileira, a hipótese da caridade como “religião civil” se justificaria da seguinte forma: seu caráter de “religião” se daria devido aos valores de matiz simbólica/religiosa, de ampla aceitação e reconhecimento pela sociedade; o aspecto “civil” decorre da não exigência de pertencimento a uma determinada crença, reunindo assim diversos segmentos sociais do país. Neste sentido, Camurça (2003) advoga a idéia de que a “caridade” ocorre, na situação brasileira, no interior do sistema da dádiva e não no da “lei” formal; nos termos de Godbout (1999), ela se daria a partir da socialidade primária (relações de família, amizade e vizinhança) e não das relações fundadas contratualmente dos sistemas jurídico-político e econômico.

Haveria, segundo Camurça (2003), um risco na transformação da “caridade” em “voluntariado”, na medida em que implica retirá-la do sistema de dádiva, perdendo, com isso, seu caráter de informalidade, de relação social estabelecida, como diz Mauss (2003), por ofertas e retribuições, ao mesmo tempo, voluntárias e obrigatórias.

A etnografia por mim realizada procura mostrar que este risco, na verdade, sequer existe, pois um dos maiores desafios enfrentados pelos dirigentes e responsáveis pela ação social espírita se dá justamente na tentativa de se estabelecer relações de “pessoa a pessoa” (face to face), sem as quais, segundo dizem, qualquer empreendimento, dado a ausência de confiabilidade, tende a não ser bem sucedido. É verdade que esta prática da caridade não acontece sob os domínios reconhecidos da socialidade primária (há ao menos uma tentativa de se aproximar ao máximo dela), mas isso não a exclui da estrutura de dádiva. Aliás, é preciso lembrar que uma das teses fundamentais de Godbout (1999) é a de que a dádiva tipicamente moderna se dá entre desconhecidos, ou seja, e isto Camurça reconhece, é possível vislumbrar práticas sociais em sintonia com os discursos modernos de “promoção da cidadania” e do “voluntariado”, que se lançam nas esferas do poder e da economia, sem que, com isso, percam a essência da socialidade primária, isto é, sem que se deixe de operar a partir do sistema da dádiva.

O próximo capítulo é destinado ao trabalho etnográfico feito em centros e instituições espíritas de Curitiba. Por meio dele, elucidar-se-ão os argumentos apresentados nestes dois primeiros capítulos.

### 3. PESQUISA DE CAMPO

#### 3.1 O itinerário da pesquisa

Alguns autores (Cavalcanti, 1983; Greenfield, 1999) apontavam que no Brasil tanto a cura quanto a assistência social aos pobres faziam parte de um mesmo circuito, o da caridade espírita. Interessei-me pelo tema depois de fazer uma prospecção inicial sobre a prática de cura<sup>5</sup>. O objetivo era compreender como que, sob o lema da caridade, o espiritismo se inseriu na sociedade brasileira, difundindo-se entre as classes populares.

---

<sup>5</sup> Na disciplina de “Métodos e Técnicas de Pesquisa em Antropologia” elaborei um pré-projeto cuja temática escolhida fora o espiritismo. Uma das leituras inspiradoras para a minha decisão foi a do “*Esboço de uma teoria geral da magia*” (2003) de Marcel Mauss. A partir da noção de mana e da relação entre a magia e a religião, meu pré-projeto tomou os tratamentos de cura espírita como objeto de estudo. A partir do mês de abril de 2009 iniciei um mapeamento das práticas de cura espírita em Curitiba; no levantamento realizado sobressaíram-se as atividades desenvolvidas pelo CECOP – Casa Espiritualista Cristã Obreiros da Paz – cujos trabalhos de cura eram realizados todas as quintas-feiras. Durante quatro semanas seguidas participei dessas atividades; ao fim do mês de abril passei a freqüentar o centro também às terças-feiras, um dos dias em que são feitos os “trabalhos mediúnicos” da casa. Esses trabalhos consistem em sessões em que os “médiuns” (e os aprendizes de “médiuns”) dão “passividade” aos “espíritos sofredores” (“espíritos” que morreram recentemente e que ainda desconhecem esta realidade, pois comumente suas “desencarnações” se deram de modo violento – acidentes de carro, assassinatos, atropelamentos, etc.). Além das sessões com os “espíritos sofredores” participei também de uma reunião de “desobsessão”, que se diferencia daquelas na medida em que nesta as “entidades” sabem que “desencarnaram”, mas ainda estão ligadas ao “plano terrestre”, muitas vezes provocando sofrimentos e transtornos em suas vítimas (normalmente, parentes ou pessoas próximas). Solicitei aos dirigentes do CECOP a permissão de participar dessas reuniões na condição de pesquisador, o que me foi negado, pois, segundo eles, isso acarretaria, além de uma “desarmonia vibratória” ao grupo de médiuns trabalhadores, um perigo a minha própria pessoa, uma vez que eu seria “alvo” fácil dos “espíritos obsessores”. Esta negativa aconteceu em meados do mês de junho de 2009, período em que eu deveria apresentar o projeto de pesquisa a minha orientadora. Estava eu então numa situação bastante problemática, pois o campo fechara suas portas ao meu projeto inicial de pesquisa – a cura física e/ou mental desenvolvida em centros espíritas – de modo que tive que rever as leituras realizadas no primeiro semestre a fim de redimensionar meu foco de estudo, amparado também na experiência inicial que tive nos quatro meses de campo.

Parti da definição elaborada por Bourdieu acerca do fenômeno religioso, segundo o qual este, enquanto um sistema simbólico estruturado:

1) constrói a experiência (ao mesmo tempo em que a expressa) em termos de lógica em estado prático, condição impensada de qualquer pensamento, e em termos de problemática implícita, ou seja, de um sistema de questões indiscutíveis delimitando o campo do que merece ser discutido em oposição ao que está fora de discussão (logo admitido sem discussão) e que, 2) graças ao efeito de consagração (ou de legitimação) realizado pelo simples fato da explicitação, consegue submeter o sistema de disposições em relação ao mundo natural e ao mundo social (disposições inculcadas pelas condições de existência) a uma mudança de natureza, em especial convertendo o ethos enquanto sistema de esquemas implícitos de ação e de apreciação em ética enquanto conjunto sistematizado e racionalizado de normas explícitas” (BOURDIEU, 2007:46).

A prática da caridade entre os espíritas é uma norma, fundamento de seu ethos. No espiritismo tudo é caridade, pois qualquer “trabalhador” ou “médium” de um centro espírita “doa” suas energias e esforços em prol do “outro”, numa ação de “amor ao próximo”. No entanto, há práticas institucionalizadas e foi em busca delas que meu primeiro passo foi me dirigir à Federação Espírita do Paraná para saber: a) quantos centros espíritas eram filiados à Federação; b) que tipo de serviços assistenciais eram prestados por essa e pelos centros ligados a ela; c) como se organizavam as atividades mais comuns de assistência social. Munido de um folder no qual constavam os centros espíritas do Paraná ligados à Federação, iniciei um programa de visita a alguns deles localizados na capital paranaense. Primeiramente, através de aplicação de questionário, procurei mapear quais eram e com que frequência aconteciam as atividades de assistência. Ao todo foram visitados sete centros espíritas de Curitiba, nos quais entrevistei os presidentes ou diretores dos departamentos de assistência social. A partir destes dados escolhi o centro espírita Ildefonso Correia para realizar a pesquisa etnográfica, por ser este um dos centros mais tradicionais e antigos de Curitiba e, por suas atividades se assemelharem de um modo geral, às realizadas nos outros centros espíritas visitados, o que demonstra certa homogeneidade no que se refere ao tipo dos serviços prestados pelos centros filiados à Federação (distribuição de alimentos, roupas e utensílios domésticos, manutenção de asilos, creches, hospitais e albergues, alfabetização de crianças e adultos e assistência a famílias, dentre outros). A pesquisa de campo objetivou identificar como o conceito de ação social se realiza na prática da caridade espírita, informando modalidades do discurso sobre a assistência social

espírita, bem como suas práticas, tal como se apresentam na capital paranaense. Teve-se como foco duas instituições: a) o Centro Espírita Ildefonso Correia (o CEIC) e; b) o Lar Fabiano de Cristo. Em ambas lançou-se mão da observação participante, de entrevistas semi-estruturadas e de pesquisa documental (acesso a matérias de jornal, relatórios, fichas e manuais). No CEIC, participei das atividades realizadas às quintas-feiras com as gestantes e nutrizes, assim como, mas com menor freqüência, do “Clube de Mães” realizado aos sábados. O Lar Fabiano de Cristo foi o outro foco privilegiado da pesquisa, pois se tratava de uma iniciativa de assistência que se dava fora do ambiente do centro espírita. Com isso, procurei perceber as aproximações e distinções de ambos os trabalhos numa perspectiva comparativa. A proposta de trabalho é analisar comparativamente as práticas de assistência desenvolvidas por leigos nos próprios centros espíritas (o grupo de gestantes do CEIC) e as desenvolvidas em instituições educacionais/profissionalizantes, conduzidas por profissionais (tendo como referência o Lar Fabiano de Cristo). Privilegiaram-se como informantes os responsáveis pela direção dos serviços assistenciais dos centros e instituições espíritas e também, mas em menor medida, os beneficiários das ações empreendidas por estas entidades. Tratarei na seqüência da pesquisa junto ao CEIC e as suas atividades de assistência social.

### **3.2 CEIC – Centro Espírita Ildefonso Correia.**

O CEIC é um dos centros espíritas mais antigos da cidade de Curitiba; sua data de fundação é de 22 de setembro de 1936 e desde então a entidade vem desenvolvendo atividades assistenciais e de “promoção humana”.

O espiritismo divide suas atividades em duas categorias: “assistência material” e “assistência espiritual”. No CEIC, a “assistência espiritual” é fornecida através dos grupos de estudo da doutrina espírita, de aplicação de “passes”, promoção de palestras e pelo “atendimento fraterno”, tendo em média uma freqüência semanal de quinhentas pessoas. O centro conta com cerca de cento e trinta “trabalhadores” (voluntários e estudantes da doutrina que, de alguma forma, participam da execução e da organização das atividades desenvolvidas). A “assistência material” do CEIC dispõe de sessenta vagas para os dois dias designados à assistência social – quintas e sábados. Às quintas-feiras funciona o “Grupo de Gestantes e Nutrizes” que é composto por: a) “gestantes

socialmente carentes” que podem se inscrever no programa a partir do terceiro mês de gestação até o parto (com uma permanência mínima de dez semanas e máxima de vinte e cinco semanas) e; b) “nutrizes carentes de recursos materiais” advindas do grupo de gestantes e por seus filhos recém-nascidos (permanência máxima de vinte e quatro semanas). As reuniões acontecem semanalmente com duração de três horas (das 14hrs às 17hrs) e se dividem em três partes: inicia-se com a realização de uma “prece de entrada” seguida de uma “aula de evangelização”, na qual são apresentadas a doutrina espírita e noções de higiene e de puericultura (cf. no Anexo II o conteúdo dessas aulas). A “evangelização” termina normalmente às 15h45min, quando então são aplicados os “passes” a todas as assistidas que desejarem. Depois é feito um lanche por cerca de quinze minutos e na última parte se oferecem aulas de artesanato e culinária, durante as quais, as “assistidas” aprendem a fazer crochê, fuxico, acolchoados, alguns doces e salgados. Lembra-se também que concomitante a isso, é realizada, em uma sala separada, a “evangelização” de crianças (desde o berçário até crianças de doze anos). Aos sábados, tem-se o “Clube de Mães” cujas atividades se assemelham às do grupo de gestantes e nutrizes, tendo, porém, um público ligeiramente diferenciado; se trata de mães que tiveram seus filhos há mais tempo, sendo, portanto, um trabalho mais voltado às famílias, neste caso as mulheres têm um tempo de permanência maior (dois anos) no centro. Além das aulas de “evangelização”, de costura, artesanato, acompanhadas de introdução ao espiritismo, a assistência social do CEIC realiza bazares de roupas, calçados e utensílios domésticos, garantindo nestes a participação de seus “assistidos” por meio da distribuição de vale-transporte e de uma cesta básica semanal, esta última destinada aqueles que estejam freqüentando regularmente os serviços da casa.

O trabalho etnográfico no CEIC se deu com maior freqüência no grupo de gestantes e nutrizes. Participei ao todo de treze reuniões desse grupo entre os meses de setembro e dezembro de 2009, enquanto no “Clube de Mães” estive presente em cinco oportunidades (de setembro a novembro do mesmo ano). Em ambas as atividades fiz uso de observação participante, entrevistas semi-estruturadas realizadas com os dirigentes e algumas “assistidas”, além de pesquisa documental (relatórios, manuais, etc.) do CEIC. Realizei também, acompanhando “trabalhadores” do centro, três “visitas domiciliares”: na primeira, no mês de outubro/2009, fui a Almirante Tamandaré



(município da região metropolitana de Curitiba), nas outras duas visitei o bairro do Sítio Cercado e a Vila Verde no mês de dezembro/2009, época em que são feitas as doações de Natal.

No CEIC fiz sete entrevistas, quatro com “trabalhadores” e três com os “assistidos”. Meus objetivos, além de detalhar melhor o modo como assistência era prestada, eram compreender a visão que os espíritas têm das populações assistidas (e vice-versa), o que entendem por caridade e que tipo de relações são construídas por meio desta com o espiritismo.

Primeiramente, quis saber como as assistidas eram atraídas e os critérios para o credenciamento destas nos programas de assistência do centro. De acordo com uma das responsáveis pela elaboração e organização das atividades assistenciais do CEIC são as próprias mulheres que vêm à procura de “ajuda”. “Seria muito mais dificultoso ir até os bairros que são, na sua maior parte, dominados pelo tráfico de drogas”, afirmou ela. Outra “trabalhadora” a quem perguntei como era feita a inscrição do público atendido respondeu que:

quando elas (as mulheres) vêm, o primeiro passo nosso é pegar os dados pessoais. Depois, a gente procura fazer a ficha, saber o perfil delas. Por exemplo, avós, solteiras sem filhos, pessoas empregadas e com renda não fazem parte do nosso perfil de atendimento, porque têm muitas aqui que não trabalham, que não têm sustento. Então, a gente procura avaliar desta maneira: a mais carente fica. A gente faz uma ficha com todos os dados, procura saber sobre a família, como é que é em casa, onde moram, que tipo de casa elas têm [...]. Elas nos contam qual é a necessidade material delas e daí a gente vai fazer a visita para ver em que o centro pode ajudar. A gente tendo condições de ajudar, a gente ajuda com geladeira, fogão, estas coisas básicas que muitas delas não têm mesmo. A gente vai para lá ver qual é realmente a urgência e a necessidade, a necessidade maior é atendida. (“Trabalhadora” do CEIC, entrevista, data 31/10/2009)

À coordenadora do grupo de quinta-feira indaguei qual era a característica das mulheres que procuravam os serviços assistenciais do CEIC:

as mães vêm para o grupo quando gestantes e permanecem depois como nutrizas. São mães que estão completamente desarmonizadas, desorientadas, algumas querendo dar o filho, mães que sofreram estupro, que tentaram suicídio e, muitas vezes, elas não querem aceitar esta gestação. O nosso trabalho não é apenas assisti-las materialmente, mas muito mais nas questões morais e espirituais. Porque esta é a finalidade: é promovê-las como seres humanos para serem aceitas dentro da sociedade em que vivemos... Muitas delas são carrinheiras e, durante o período de gestação, elas ainda

continuam puxando carrinho, porque muitas delas foram abandonadas pelos companheiros. A grande maioria tem uma família bem desestruturada. Poucas são as que desempenham a função de empregada doméstica, poucas trabalham com a carteira registrada, a maioria ou está desempregada ou é carrinheira. (Coordenadora do grupo de gestantes e nutrizes do CEIC, entrevista, data 08/10/2009)

Constata-se através dessas falas que os critérios de definição da clientela obedecem principalmente ao grau de “carência” sócio-econômica das famílias que procuram o atendimento assistencial. Isso se evidencia, por exemplo, nas principais motivações que levam estas a se engajarem nas atividades propostas. Na ficha de credenciamento do “Clube de Mães” do CEIC, por exemplo, é perguntado às mulheres que tipo de “ajuda” elas esperam receber do centro: das trinta participantes, 11 responderam “ajuda material”, 11, “ajuda material e espiritual” e oito afirmaram “ajuda espiritual”. (Ficha de credenciamento do CEIC, ano 2009).

Muitos “trabalhadores” reconhecem que o grande “chamariz” para atrair o público atendido é o alimento doado, assim como a garantia de participação nas atividades deve-se ao fornecimento de vale-transporte. Os informantes entendem essa prática como “primeiro passo” de um trabalho cujo fim último é a transformação pessoal; acreditam que a pessoa vem em busca de uma coisa material e receba outra “bem mais valiosa”, os ensinamentos da doutrina espírita. Os “trabalhadores” costumam dizer que os alimentos, as roupas e os utensílios doados se desfazem com o tempo, mas os ensinamentos são eternos, “nunca se perdem”.

É relevante destacar que a partir da década de 1990, a política de assistência social, liderada pela Federação Espírita Brasileira, pretende introduzir mudança na maneira como era realizado o serviço assistencial espírita. A coordenadora do grupo de gestantes e nutrizes afirma, por exemplo, que no CEIC o trabalho acontecia da seguinte forma:

elas (as mães) vinham, recebiam os alimentos, o enxovalzinho e iam embora, eram dispensadas. Quer dizer, o trabalho se constituía nisso, era o assistencialismo. Hoje não, hoje nós preparamos as aulas para que possam atender a realidade do dia-a-dia delas”.

Entende-se que a única forma de se transformar um ser humano seja pela educação, que se inicia pela mudança de valores. Como a doutrina espírita, segundo seus adeptos, é toda voltada a questões ético-morais, ela é uma maneira de se alcançar o “aprimoramento íntimo”, cujo primeiro passo é a educação de “todas as criaturas dentro desses valores”, tendo como alvo o indivíduo. De acordo com a coordenadora, no espiritismo hoje não se fala mais tanto em assistencialismo, mas em educação. Esta, no caso das populações carentes, visa que se “compreenda as razões do sofrimento”. Segundo a doutrina espírita, as mazelas sociais se explicam como segue:

muitas das mães são revoltadas, elas dizem “porque eu vivo nesta miséria?”, “por que eu passo por tantas dificuldades?”, “por que Deus é injusto?”. Quando você fala para elas que Deus é justo e fala em reencarnação, começa a abrir um leque de esperanças. Você começa a mostrar que elas vão ter oportunidade de uma vida melhor em outra existência, que elas provavelmente não aproveitaram bem as oportunidades que já foram dadas e hoje elas têm que passar por isso. Então quando você faz com que ela entenda isso, a vida passa a ser mais bem aceita. Esta é a grande oportunidade que nós temos em nossas mãos, de ajudar essas pessoas. A doutrina está aí e nós devemos ser os grandes divulgadores, e não apenas no falar, mas no exemplificar. Porque o falar é muito bonito, mas se você não exemplifica, se você não vivencia, perde toda a credibilidade. (Coordenadora do CEIC, entrevista, data 08/10/2009)

Este comentário remete ao que Geertz (1978) afirmava como atributo de qualquer religião, ou seja, estabelecer disposições e motivações por meio de proposição de conceitos relativos a uma realidade geral, de modo a internalizar em seus adeptos um “*ethos*” e uma “*visão de mundo*” particulares. Analisa-se a religião enquanto uma tentativa “implícita e diretamente sentida, em vez de explícita e conscientemente pensada, de conservar a provisão de significados gerais em termos dos quais cada indivíduo interpreta sua experiência e organiza sua conduta”. (Geertz, 1978:144)

Outro ponto enfatizado concerne à preocupação de não gerar, por parte dos assistidos, uma dependência permanente em relação aos serviços prestados. A coordenadora do serviço assistencial do Centro Espírita Abib Isfer (outro local em que realizei entrevistas, mas não observação participante) ao ser indagada se havia diferença entre caridade e assistência social, respondeu:

a caridade é você dar oportunidade e a assistência é você ensinar a pescar. Porque não adianta fazer só a caridade, o que não é fácil é você ensinar a pescar. O Divaldo (Pereira Franco, médium da instituição espírita baiana Mansão do Caminho) uma vez contou que encontrou uma mulher

emocionada, que disse a ele que a mãe e a filha dela foram assistidas pelo centro dele. Poxa, somando tudo dava uns quarenta anos que esta família era atendida pelo Divaldo! É com isso que ele fica bravo, porque se elas estavam há tanto tempo no centro é porque nada fizeram da vida. Na verdade, o que a gente quer é que as pessoas andem com as próprias pernas, que não fiquem dependentes de nós. O que a gente faz é promoção humana, não assistencialismo. (Coordenadora da Ação Social do centro espírita Abib Isfer, entrevista, data 06/10/2009, grifo meu)

Interessante notar nesta fala e muitas que ouvi em campo, que a noção de caridade, definida de forma abrangente como “valor universal praticado como um dever moral”, serve para definir práticas distintas: assistencialismo e “promoção humana”. A tese defendida por Camurça (2003) é que haveria hoje uma tentativa de “colonização da filantropia” através de discursos modernos de “educação para a cidadania” e de “garantia dos direitos sociais”.

O artigo 203 da Constituição Federal de 1988 considera a *assistência social* “um dever do Estado e direito do cidadão”, artigo este regulamentado pela lei 8.742, a lei Orgânica de Assistência Social que define a assistência social como “política de seguridade social não contributiva, que *provê os mínimos sociais*, realizada através de um conjunto de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir *o atendimento às necessidades básicas*” (1993, cap. I, art. 1º, grifo meu). O espiritismo afirma essa concepção de cidadania, mas acrescenta elementos alheios à lógica do Estado, uma vez que entende que, mais do que uma casa prestadora de serviços (doação de alimentos, de roupas, etc.), o centro espírita deve ser um espaço de convivência fraterna, um campo para se “exercitar a construção de relações”. Sob esta ótica, o “assistido”, na sua condição de cidadão (sujeito de direitos), é assim definido pelos centros espíritas:

gosta de estar, sente-se bem de estar, onde é recebido como é, com o seu jeito, com as suas características, com a sua forma de falar e onde pode encontrar quem se dispõe a conversar com ele de forma natural, de irmão para irmão, dando-lhe tempo para que caminhe do ponto em que se encontra e, em se desvelando, vá permitindo acesso ao seu coração e acabe abrindo-se também para o coração do outro (Manual de Apoio para as Atividades do Serviço de Assistência e Promoção Social Espírita, 2000:8).

É em virtude da defesa da fraternidade como princípio, distinto da lógica do mercado e do Estado, que não acredito, principalmente em contextos religiosos de assistência, na existência do “risco” de eliminação da estrutura de dádiva em instituições de filantropia e caridade. Tratar-se-ia, a meu ver, muito mais de uma

apropriação singular, por parte destas instituições, do conceito de cidadania, apropriação essa que reúne não somente valores definidos pelo Estado, como a questão dos “direitos”, mas também categorias de origem religiosa, como a idéia de fraternidade.

Tratei até aqui de atividades realizadas no interior de um centro espírita tradicional da cidade. O passo seguinte consistiu em ir ao encontro dos bairros pobres da cidade em busca de atividades assistenciais espíritas ali realizadas. Desejava investigar quais seriam as características dos serviços prestados e, como eram vistas da perspectiva das “comunidades carentes”. Esse é o tema do próximo tópico.

### **3.3 O Lar Fabiano de Cristo**

O trabalho de campo no CEIC me permitiu um acesso mais direto à Federação Espírita do Paraná, pois muito dos “trabalhadores” deste centro ocupam cargos na Federação. Desse duplo contato tomei conhecimento da Fundação Hildebrando de Araújo cujo diretor fora me apresentado lá mesmo no CEIC. Por meio dela eu poderia conhecer melhor as instituições espíritas que desenvolviam trabalhos em “áreas carentes”. O objetivo da Fundação Hildebrando de Araújo é justamente transferir recursos a instituições filantrópicas que visem a “reversão do quadro de exclusão social das comunidades”. Uma das instituições conveniadas à Fundação é a Alvorecer Ação Social e Educacional, que vim a conhecer em outubro de 2009 por intermédio da secretária daquela Fundação. O primeiro contato que tive com a Alvorecer foi com a presidente da instituição, que em sua entrevista me informou que a Alvorecer, organização não-governamental sem fins lucrativos, fora fundada em 27 de junho de 1992. Sua “missão” é prevenir a delinquência infanto-juvenil e promover de modo integral as famílias, “atuando nas causas que geram a miséria, material, social, moral-ética e espiritual, contribuindo para o equilíbrio das famílias”. (Relatório anual do Lar Fabiano de Cristo, 2008:8)

O trabalho da Alvorecer no ano de 1992 começou primeiramente com a “Casa da Sopa”, depois iniciaram o “Clube de Mães”, que oferecia orientações educativas e aprendizado de trabalhos manuais às mães carentes. Em alguns meses, o “Clube de

Mães” se tornou um “clube de jovens”; substituíram-se as aulas de trabalhos manuais por aulas de datilografia e reforço escolar, tendo como público preferencial jovens de dez a dezoito anos. Inicialmente esse trabalho foi desenvolvido com o auxílio de quatro voluntários. Dois meses mais tarde foram visitadas algumas instituições da região que desenvolviam atividades com jovens e adolescentes de Curitiba e de Ponta Grossa. Chegou-se à conclusão que seria ideal fundar uma Guarda-Mirim, já que os jovens do Bairro Alto, local onde se situa a Alvorecer, não dispunham de recursos para se locomoverem até a Guarda Mirim Diva Pereira Gomes, no bairro Ahú. Desta forma, em junho de 1992 foi fundado o primeiro departamento da Alvorecer, a Guarda Mirim Joana D’Arc. Dois anos depois veio o segundo departamento, o Centro Espírita Irmã Scheilla. Desde sua fundação, a Alvorecer sempre teve como foco a profissionalização de adolescentes, mas como não detinha uma metodologia própria de desenvolvimento de trabalho junto a famílias carentes, acabou se vinculando ao Lar Fabiano de Cristo, que na época (início da década de 2000) estava buscando uma parceria com uma entidade espírita de Curitiba. E por meio deste trabalho integrado da Alvorecer com o Lar Fabiano, que se pretende a realização da “promoção integral das famílias”.

O Lar Fabiano de Cristo foi fundado em 1958, a partir de uma idéia defendida por Carlos Torres Pastorino e apoiada por outras personalidades espíritas da época (Francisco Cândido Xavier, Jaime Rolemberg de Lima, Divaldo Pereira Franco, dentre outros), que objetivava concretizar propostas que pudessem beneficiar “a infância carente e desvalida”. Foram criadas cinco “faixas” de assistência centrando seus trabalhos nas seguintes áreas: a) 1ª Faixa – “Colocação Familiar em Lares Substitutos” – visa colocar crianças órfãs ou com pais interditados em um contexto familiar através de guarda permanente ou adoção; b) 2ª Faixa – “Abrigos Provisórios” – acolhe crianças cujos direitos encontram-se temporariamente violados ou ameaçados com vistas a promover a reintegração familiar ou colocação em família substituta ou extensa na forma de abrigo; c) 3ª Faixa – “Promoção Integral da Família” – atende, através de programas de apoio sócio-familiar e de orientação sócio-educativa, famílias em estado de extrema pobreza ou miséria inscritas nas UPI – Unidades de Promoção Integral – próprias ou parceiras do Lar Fabiano; d) 4ª Faixa – “Apoio Emergencial” – assiste de um modo descontínuo e em caráter emergencial, por meio de apoio material e/ou

encaminhamentos à rede de serviços públicos e privados, pessoas não inscritas em seus programas; e) 5ª Faixa – “Promoção Integral do Idoso” – implementa ações sócio-educativas inclusivas e específicas para pessoas de terceira idade em estado de pobreza extrema. Atualmente, o Lar Fabiano se faz presente em quase todos os Estados brasileiros e atende a cerca de cem mil pessoas a nível nacional.

O local onde funciona a Alvorecer, a partir do momento em que esta se conveniu ao Lar Fabiano, passou a ser chamado de Unidade de Promoção Integral (UPI) Joana D’Arc, integrando assim a “3ª Faixa” de assistência do Lar Fabiano. Para realizar a “promoção integral das famílias”, a UPI conta com dois programas, o de orientação sócio-familiar e o de apoio sócio-educativo. O primeiro (orientação sócio-familiar) é subdividido em três subprogramas: 1) “educação e acompanhamento social”; 2) “apoio às necessidades básicas” e; 3) “cidadania”. O programa de apoio sócio-educativo subdivide-se em: 1) “educação infantil”; 2) “desenvolvimento criativo e complemento escolar” e; 3) “profissionalização”. As atividades desenvolvidas pela Alvorecer são as seguintes: a) “Programa do Aprendiz (Lei 10.097/00), centrado em cursos de profissionalização (assistente-administrativo, digitação, informática, desenvolvimento de habilidades básicas, etc.); b) cursos de higiene e saúde, boas maneiras, educação para a cidadania e educação ambiental, etiqueta e relações interpessoais; c) desenvolvimento criativo e complemento escolar, para crianças de seis a treze anos, em contra-turno escolar; d) educação e acompanhamento social de crianças e adolescentes junto às escolas de ensino regular; e) promoção integral das famílias. Além disso, a UPI oferece também aos “assistidos” ou “co-participantes”, como lá são denominados, a oportunidade de participarem dos grupos de “geração de renda”, que incentivam o “empreendedorismo” nas comunidades e das aulas de “Educação do Ser Integral”.

Por “promoção integral” entende-se o atendimento a famílias em situação de “vulnerabilidade social”, com renda per capita abaixo de  $\frac{1}{4}$  do salário mínimo. O vínculo destas com a instituição tem duração de, no máximo, cinco anos. O primeiro passo desse processo se dá com a chegada espontânea das famílias (na maior parte das vezes das mulheres, mães, algumas delas “chefes de família”) à instituição, momento em que é feita a primeira entrevista. Depois desta se faz uma “visita domiciliar” com o

objetivo de realizar um diagnóstico das condições de vida das famílias, ou seja, é preciso saber quem se encaixa no perfil de atendimento da casa. Em caso afirmativo, se faz o “Plano de Qualidade de Vida” (PQV), com a mediação de assistentes sociais: este consiste no estabelecimento de metas de curto, médio e de longo prazo (metas como “inserção no mercado de trabalho”, aquisição de casa própria, abandono do uso de drogas, etc.). O “Plano de Qualidade de Vida” (PQV) tem por finalidade contribuir para que as “famílias carentes” consigam perceber todas as necessidades que tenham, “necessidades de ordem material, social, moral-ética e espiritual”, para que ela veja quais são as causas da “situação problemática” em que se encontram e quais as ações necessárias para eliminar estas causas.

Interessante destacar as principais motivações que levam as pessoas a procurarem os serviços da UPI Joana D’Arc. Sobressaem-se os termos “ajuda”, “auxílio”, a intenção de colocar os filhos na instituição com a preocupação desses não ficarem sozinhos em casa durante o expediente dos pais e o interesse de se ter uma renda extra através do Programa do Aprendiz. Numa entrevista com adolescentes da instituição indaguei qual era o objetivo das famílias desses jovens ao se inscreverem no Lar Fabiano de Cristo:

A intenção da minha mãe era que eu fizesse este curso (do Programa do Aprendiz) para que depois eu arrumasse emprego. Daí ela foi conhecendo tudo, a ajuda que eles dão para as famílias, todo o auxílio. A minha mãe, no caso, tem problema de saúde. Quando a gente não tem condições de comprar o remédio que mandam fazer, a gente vem aqui e eles dão. Eles fazem documentação também: a minha mãe, por exemplo, não tinha CPF, e eles fizeram aqui. (Adolescente inscrito no Programa do Aprendiz, entrevista, data 17/04/2010)

Outra “co-participante”, mãe de um dos adolescentes atendidos pela UPI, afirma que a contribuição do Lar Fabiano de Cristo para ela acontece da seguinte forma:

É uma ajuda muito boa, é o meu braço direito, não tanto pelo alimento, mas para deixar as crianças mesmo, porque o meu horário é muito puxado. Eu conheci (a instituição) através de uma amiga minha. Eu estava com muita dificuldade, estava morando num porãozinho com as crianças, daí ela disse que aqui eles ajudavam. Eles já me deram cesta básica, roupa, remédio e a televisão que as crianças assistem. (“Co-participante” da UPI Joana D’Arc, entrevista, data 17/04/2010).



Hoje o Lar Fabiano atua em duas áreas de Curitiba: no Bairro Alto e no Cajuru, onde são atendidas cerca de 160 famílias, totalizando aproximadamente 650 pessoas. A instituição conta com aproximadamente vinte e cinco funcionários (assistentes sociais, psicólogos, educadores, orientador técnico, gestor social, etc.) e quarenta voluntários, estes oriundos geralmente do centro espírita Irmã Scheilla e outros ligados à Federação Espírita do Paraná.

Uma das tarefas em que os voluntários se inserem na UPI Joana D'Arc é a "Educação do Ser Integral". O Lar Fabiano de Cristo adota uma proposta pedagógica que inicialmente era denominada "Educação do Espírito", alterada depois para "Educação do Ser Integral". Sua fundamentação, segundo seus idealizadores, se pauta na "visão holística do ser". Considera-se "ser integral" a totalidade da pessoa, constituída por suas várias dimensões: "física, emocional, mental e espiritual", cuja educação objetiva o "conhecimento das leis que regem a vida e a harmonização das dimensões da totalidade individual e sua integração com as totalidades maiores em que se incluem: a social, a ambiental e a cósmica". Os princípios básicos que norteiam a Educação do Ser Integral são:

a) a perfectibilidade do ser humano; b) a visão holística do ser, sendo o espírito a sua essência imortal em contínuo processo de evolução; c) o conhecimento e integração nas leis universais como meio de libertação e crescimento; d) a educação dos sentimentos como objetivo principal da existência, efetivada nas relações interpessoais e no respeito às leis da natureza. (Comunicação institucional do Lar Fabiano de Cristo, 2007:1)

As "reuniões" da "Educação do Ser Integral" são organizadas utilizando-se três agrupamentos: crianças de quatro a sete anos; de oito a doze anos; adolescentes e adultos. O programa é composto por quatro unidades: "O Homem", "A Sociedade", "A Natureza" e "Deus". Em síntese, entende-se que "educar o espírito" seja "o desabrochamento das sementes divinas que constituem a essência humana", atividade que exemplifica a prática de um dos lemas preferidos do Lar Fabiano "assistir é educar. Educar é orientar na direção do bem". A proposta da ESI é considerada particularmente importante para os "grupos socialmente mais carentes", pois estes estariam mais expostos às "influências desagregadoras" da sociedade, às quais a ESI se antepõe

contribuindo para a formação de um “sistema de valores ético-morais”. Vale ressaltar que a transformação e a superação alcançadas através da ESI só são atingidas se, de fato, houver, por parte dos “assistidos”, aceitação dos valores transmitidos. A adesão dos educandos é, portanto, considerada fundamental para que a “Educação do Espírito” atinja seus objetivos, quais sejam,

auxiliar o processo de evolução do espírito através do gradual conhecimento de si mesmo e das leis soberanas que regem a vida, do desenvolvimento das potencialidades interiores, do relacionamento harmonioso e solidário na sociedade, desenvolvendo a ética de reverência pela vida, com base no Evangelho de Jesus, identificando-se como filho de Deus. (Comunicação Institucional do Lar Fabiano de Cristo, 2007)

Em resumo, a “Educação do Ser Integral”, como afirmam os “mentores da espiritualidade”, é o instrumento considerado adequado a promoção de “mudanças profundas e efetivas no indivíduo e, por consequência, na sociedade”. Este modelo de atuação se assemelha aquele implementado no grupo de mães do CEIC, na medida em que concebe a “transformação social” como resultado de ações educativas que objetivam a “elevação moral e espiritual” dos indivíduos delas participantes.

Um aspecto importante a ser ressaltado no trabalho do Lar Fabiano é a relação que ele estabelece no entorno social em que atua, isto é, junto às redes de apoio social, órgãos públicos e privados (escolas, postos de saúde, conselho tutelar, igrejas, agentes comunitários, etc.). No caso de Curitiba, salienta-se ainda a parceria com diversas instituições, como a Ação Social do Paraná, a Associação Paranaense de Psicodrama, a CAPEMI (entidade aberta de Previdência Complementar sem fins lucrativos, mantenedora do Lar Fabiano) que repassa recurso para todas as unidades espalhadas pelo Brasil, e a Fundação Hildebrando de Araújo, que investe recursos no pagamento de salários aos instrutores de cursos profissionalizantes. Tem-se igualmente empresas com as quais a Alvorecer fez parceria através do “Programa do Aprendiz”: os Hospitais Vita e Santa Cruz, ORPEC Engenharia, PERKONS S.A., Mercadorama, Wall-Mart, Colégio Santa Maria, dentre outras, que recebem os adolescentes para o cumprimento de parte dos requisitos que envolvem o processo de capacitação profissional destes jovens. As participações no Conselho Local de Saúde, na Rede de Proteção da Criança e Adolescente, no Fórum de Aprendizagem e no Conselho Municipal de Assistência Social, na condição de conselheiro não-governamental, também contribuíram para o

reconhecimento alcançado nestes dez anos de Lar Fabiano em Curitiba, tanto por parte das comunidades atendidas, quanto das instâncias públicas.

Enfim, este capítulo apresentou a etnografia por mim realizada em duas instituições espíritas – o CEIC e o Lar Fabiano – que, apesar de guardarem muitas semelhanças, contem também algumas distinções. A presença do Lar Fabiano, por exemplo, indica que a religião, no caso o espiritismo, vem procurando ter novas atuações sociais; o seu maior envolvimento com questões voltadas à cidadania e ao combate da pobreza, a sua participação em redes de proteção social, incentivando práticas associativas, a “solidariedade” e a “reciprocidade” entre indivíduos e grupos, a auto-organização das comunidades, entre outros fatores, apontam para as novas experiências que a ação social espírita vem tomando, concomitantemente, com a permanência de formas mais tradicionais de assistência social, e todo o seu corolário de conservadorismo e paternalismo. Percebeu-se uma ligeira diferenciação entre o trabalho realizado no CEIC (feito somente por leigos ou voluntários) e o feito no Lar Fabiano, que conta com técnicos, dentre eles, assistentes sociais, psicólogos, gestores sociais, etc. Ao ser conduzido por profissionais e ter sua administração em moldes empresariais, o Lar Fabiano serviria como um “caso exemplar” da associação apresentada por lideranças espíritas entre “caridade” e “cidadania”. A diferença estaria na participação de espíritas em conselhos vinculados ao Estado (tal como o Conselho Municipal de Assistência Social de Curitiba) e em fóruns organizados pela sociedade civil (por exemplo, o Fórum da Aprendizagem, do qual também participei), em função da qual se promove uma reavaliação do conceito de caridade. O “assistido” assume nesse caso um novo status: de sujeito passivo, objeto da ação do “outro”, para ser visto como “sujeito de direitos”; a caridade não significa ato de benevolência, mas, prática de contribuição à construção da cidadania. (O Anexo III contem fotos dos funcionários da UPI Joana D’Arc e de alguns “assistidos” registradas durante o “IX Festival da Paz”).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quais são as formas e de que modo as instituições espíritas intervêm na sociedade brasileira? A pesquisa realizada procurou mostrar que um elemento intrínseco ao espiritismo, justamente o mais enfatizado no percurso feito no Brasil, foi o que conferiu visibilidade à doutrina no espaço público, ou seja, o princípio da caridade. A concepção de “evolução espiritual” na qual cada indivíduo, através do cumprimento de várias etapas ou “encarnações”, realiza seu aperfeiçoamento moral, justifica a importância conferida à caridade, pois sem ela a “evolução” não se faz possível. A escolha da caridade enquanto uma “força” promotora da “evolução” guarda ainda uma concepção da realidade social firmada segundo princípios morais, uma vez que a desigualdade social (ou “material”) comumente pode ser associada à faltas (ou méritos) de ordem individual cometidas em “existências anteriores”, que repercutem de alguma forma no “plano espiritual”.

As instituições espíritas, quase sem exceção, desenvolvem alguma forma de assistência social, e a caridade, nesse ponto, é o que anima e fundamenta essas atividades. Levou-se em consideração na análise a distinção entre o que é denominado por “caridade material” e “caridade espiritual”. Enquanto esta designa as “práticas mediúnicas”, os “passes”, a “água fluidificada”, enfim tudo aquilo que provoca a recuperação ou a imunização física ou “espiritual” das pessoas que se submetem a tais práticas, aquela indica as atividades de assistência social, como as doações de roupas e alimentos, as instituições filantrópicas de saúde e educação, dirigidas às populações carentes. Não importa qual seja a forma de assistência prestada sob o preceito da caridade, sua relevância no funcionamento e na organização das instituições espíritas é sempre um elemento fundamental; é difícil encontrar um centro espírita que não faça aplicação de “passes” ou que não preste alguma assistência social, desde distribuir alimentos até manter creches, abrigos, asilos, etc. Mas se está falando aqui de instituições que se definem como “religiosas”; foi preciso levar em consideração nesta pesquisa também as entidades que, embora ligadas ao espiritismo, declaram não ter fins religiosos. Trata-se das instituições filantrópicas, que dada a importância e a quantidade de trabalhos de assistência social, apresentam igualmente uma diversidade de formatos, de modos de atendimento, de percursos históricos e de relações com outras

organizações e agentes sociais. De uma forma particular também, elas resolvem como se dá a relação entre a existência de atividades eminentemente religiosas e a prestação dos serviços assistenciais para uma clientela em que a adesão ao espiritismo não se faz obrigatória.

Chamou-se atenção à associação que vem sendo realizada por algumas lideranças espíritas entre caridade e cidadania. Como afirma Giumbelli (1997), esta associação se manifesta, por exemplo, na crescente participação de espíritas em conselhos governamentais e em fóruns organizados pela sociedade civil, participação essa que se explica pela tradição e representatividade que as instituições espíritas alcançaram historicamente no seio das atividades de assistência social.

Qual seria a concepção espírita de “política”? Num primeiro aspecto, a atividade “política” só é compreendida de uma forma positiva se ela ocorrer numa esfera individual, ou seja, na medida em que cada espírita procura exercer, sob a orientação da doutrina, seus direitos e deveres de “cidadão”. Na esfera institucional não se permite, sob nenhuma hipótese, que o indivíduo atue em nome do espiritismo com fins estritamente políticos. Uma das falas da presidente da Alvorecer demonstra bem isso: “nós não tomamos posicionamento político, não apoiamos partidos, candidatos, não fazemos campanhas de forma nenhuma”. “Entrar para a política” significa para eles exercer atividades no plano estatal; a existência da política, dessa forma, só aconteceria no interior do Estado e se expressaria através das divisões partidárias, um domínio, segundo eles, marcado por diversos “conflitos, conluios e intrigas”, características essas que se fazem distantes do ambiente das relações que os espíritas desejam ter entre si e com a sociedade em geral. Isso não quer dizer que eles não tenham o anseio de melhorarem a realidade social, muito pelo contrário, os espíritas apenas entendem que esta transformação se dê não via política, mas através do melhoramento de indivíduos, por meio de uma “educação de valores ético-morais” universalizante. A resolução dos problemas sociais dependeria de uma despolitização das questões humanas, obedecendo assim a uma lógica distinta da lógica política, qual seja, uma lógica na qual a “solidariedade”, a “caridade” e o “gradual desenvolvimento das potencialidades individuais” imperassem.

Quanto a essa concepção de política dos espíritas, Giumbelli (1997) aponta para algumas discontinuidades que foram notadas nesta etnografia: a participação dos espíritas em conselhos e fóruns, espaços de exercício da política, sinaliza que entre o doutrinário e o político não haja a ruptura defendida, pelo menos nos moldes anteriormente mencionados, pois se entende que o espiritismo concebe o seu envolvimento nessas instâncias como uma ocasião apropriada para expressar seus princípios e ideais. A própria noção de “política” perde o seu sentido usual, de qualquer coisa ligada exclusivamente ao Estado e aos partidos, para ser compreendida como algo que atravessa todas as relações sociais, como um atributo da própria experiência humana. Neste sentido, as entidades espíritas se concebem enquanto participantes de uma “sociedade civil”, onde a pluralidade dos atores e instituições envolvidos e a afirmação de valores democráticos far-se-iam preponderantes. A transformação da realidade e a solução dos problemas sociais não estariam assim ligadas a uma ordenação do mundo aos valores espíritas, mas à própria participação das instituições, enquanto um de seus agentes, nessas instâncias democráticas.

Este novo entendimento acerca do significado da “política” é evidenciado, por exemplo, na relação do princípio da caridade com a noção de cidadania. Qual a significação que a palavra “caridade” assume nesse contexto? Há um redimensionamento, no contexto da assistência social, do conceito espírita de caridade, haja vista que este deixa de compreender apenas uma ação de benevolência, para se tornar um ato de cidadania, uma “prática civil de exercício de direitos”.

Como demonstrado no terceiro capítulo, não se trata apenas de uma ressignificação da “caridade”, mas também de uma maneira peculiar de se apropriar o termo “cidadania”, pois a ele hoje se associam valores que antigamente eram característicos da caridade, como a “solidariedade” e a “fraternidade”, dando ao conceito de cidadania uma conotação moral. Outro aspecto importante dessa alteração é o fato da “cidadania” hoje não fazer mais referência somente à esfera do Estado; para os espíritas, ela estaria sob a responsabilidade dos indivíduos, no sentido desses elaborarem suas práticas e construções, tendo em vista que são eles que detêm os “valores morais” próprios para o exercício do “ser cidadão”.

A etnografia nos permitiu chegar a seguinte conclusão: a crítica ao “assistencialismo” é hegemônica em todos os centros e instituições visitados, pois esse sistema se daria, segundo se diz, de um modo pontual e desarticulado das “reais necessidades” de seu público alvo. Ao invés de uma “transformação” e “promoção humana”, criar-se-ia uma dependência dos assistidos aos serviços assistenciais espíritas, não proporcionando, assim, melhora efetiva na vida dessas pessoas. Porém, como nota Giumbelli (1997), essa crítica em si não tem muita coisa de original. A originalidade, porém, se encontra nas tentativas de revisão das práticas assistenciais a partir das demandas dos assistidos. Procurei esmiuçar esta originalidade a partir dos serviços do CEIC e, principalmente, do Lar Fabiano, que chamou atenção pelo fato de ser uma organização filantrópica mantenedora de uma série de instituições de assistência social difundidas pelo Brasil cuja administração se dá em moldes empresariais e com a maior parte das suas atividades conduzidas por técnicos, mas que, apesar disso, não transformou a “caridade” numa mercadoria, numa tentativa de “marketing social”. Muito pelo contrário, o Lar Fabiano conseguiu construir uma relação de “confiança”, conjugando ao mesmo tempo “amor e técnica”, distante, portanto, de uma noção mercantilista, ou com fins proselitistas, de ação assistencial espírita.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BURITY, Joanildo A. *Redes Sociais e o lugar da Religião no enfrentamento de situações de pobreza: um acercamento preliminar*. Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, s/d.

CAMURÇA, Marcelo. Caridade, a “religião civil” dos brasileiros? In: *Religião, ação social e política*. UFJF, 2003

CARDOSO, Ruth. Fortalecimento da sociedade civil. In: Ioschpe [et.al.]. *3º Setor: desenvolvimento sustentado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

CAVALCANTI, Maria Laura Viveiros de Castro. *O mundo invisível: cosmologia, sistema ritual e noção de pessoa no Espiritismo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1983

COSTA, Flamarion Laba da. *Trabalho, solidariedade e tolerância*. Curitiba, dissertação, 1995.

DAMASIO, Sylvia. *Da elite ao povo: advento e expansão do Espiritismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.

FERNANDES, Rubem César. O que é o Terceiro Setor? In: Ioschpe [et.al.]. *3º Setor: desenvolvimento sustentado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997

\_\_\_\_\_. *Privado porém público. Terceiro Setor na América Latina*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1994.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

GIUMBELLI, Emerson. *Em nome da caridade: assistência social e religião nas instituições espíritas – Vol I*. Rio de Janeiro, ISER, 1995



\_\_\_\_\_. Caridade, Assistência Social, Política e Cidadania: Práticas e Reflexões no Espiritismo. In: Landim, Leilah (org.) *Ações em sociedade: militância, caridade, assistência, etc.* Rio de Janeiro, NAU, 1998

\_\_\_\_\_. “*Escolhas religiosas e cidadania*”, Cadernos de Pesquisa, n.6, 1997.

\_\_\_\_\_. A presença do religioso no espaço público: modalidades no Brasil. In: *Religião & Sociedade*, vol. 28, n.2. Rio de Janeiro, 2008.

GODBOUT, Jacques T. *O espírito da dádiva*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1999.

GREENFIELD, Sidney. *Cirurgias do além: pesquisas antropológicas sobre curas espirituais*. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

MAUSS, Marcel. [1925]. Ensaio sobre a dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. In: *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

NOVAES, Regina. *Hábitos de doar: motivações pessoais e as múltiplas versões o “espírito da dádiva”*. s/d.

PIAULT, Marc Henri. A questão do sentido: por um caminho incerto entre crer e saber. In: BIRMAN, P. (org.). *Religião e Espaço Público*. São Paulo: Attar, 2003.

STOLL, Sandra Jacqueline. *Espiritismo à brasileira*. São Paulo: Editora Orion, 2003.

## **OBRAS ESPÍRITAS**

ARRAIA, Eduardo. *Espiritismo*. São Paulo: Ática, 1996.

FEDERAÇÃO ESPÍRITA BRASILEIRA. *Manual de Apoio para as atividades do serviço de assistência e promoção social espírita*. Brasília, FEB, 2000.

FEDERAÇÃO ESPÍRITA DO PARANÁ, *Memória da Federação Espírita do Paraná no seu centenário: 1902-2002*. Curitiba: FEP, 2002.

KARDEC, Allan. *O livro dos espíritos*. Rio de Janeiro: Federação Espírita Brasileira, 2007.

\_\_\_\_\_. *O Evangelho segundo o Espiritismo*. Rio de Janeiro: Federação Espírita Brasileira, 2003.

OLEGÁRIO, Astolfo de Oliveira Filho, *Visão espírita da assistência social*, s/d.

## **Anexo I**

Relatório da SBEE ano: 2008

A Sociedade Brasileira de Estudos Espíritas (SBEE) conta com as seguintes formas de atendimento:

1. Assistência social;
2. Atendimento ao público pela orientação filosófica e transmutação de energia;
3. Estudo e ensinamento dentro dos princípios espíritas

### 1. O Programa de Assistência Social é constituído das seguintes ações:

I – Assistência às famílias, em alimentação, vestuário e comportamento;

II – Assistência ao idoso, procurando estimulá-lo a uma vida de qualidade, ocupando melhor o seu tempo, cuidando da saúde e melhorando a auto-estima;

III – Cursos: alfabetização de adultos, reforço escolar para criança e adolescente, iniciação à música, pintura em tecido, bordado, bijuteria, tricô, crochê, corte e costura, macramê, artesanato em geral, manicure e cabeleireiro

IV – Gestantes: são ministrados cursos para o conhecimento do processo de alteração do corpo, cuidados com o bebê durante a gravidez e os primeiros anos de vida, visando resguardar o equilíbrio físico e psicológico da gestante e do bebê;

V - Clube do Livro: trabalhos permanentes de estímulo à leitura e de conservação de livros.

(Todas as atividades se iniciam com uma prece e uma pequena palestra que aborde assuntos ligados à saúde, higiene, comportamento ou atualidades)

Outros atendimentos assistenciais:

Presidiários: o programa consiste em visitas regulares e correspondência aos detentos da Penitenciária Central e do Presídio Feminino de Curitiba e ainda aos adolescentes da Colônia Agrícola, Casa de Custódia e Centro de Triagem

Prostitutas, Travestis e Garotos de Programa: o programa consiste em visitas rotineiras às vias públicas à noite nos locais onde acontece a prostituição, oferecendo auxílio e orientação àqueles que desejarem seguir um caminho alternativo.

## 2. Programa de Atendimento ao Público

Às segundas e quartas-feiras à noite e às quintas-feiras e sábados à tarde são atendidas pessoa que procuram a SBEE a fim de terem orientação espiritual. Nestes dias são distribuídas mensagens, realizadas preces e passes (transmutação de energia) e proferidas palestras sobre o evangelho e assuntos da atualidade.

## Anexo II

Nas aulas de “evangelização” são trabalhados conteúdos voltados à parte doutrinária, à higiene, à puericultura e à educação. A grade de temas abaixo, por exemplo, refere-se ao “Grupo de Gestantes e de Nutrizes” do ano de 2008.

- A Casa Espírita;
- A Prece, o passe e a água fluidificada;
- Cuidados com a gestante: alimentação, higiene
- Cuidados com a gestante: relações sexuais, vacinação, direitos legais;
- Cuidados com o recém-nascido;
- Desenvolvimento do bebê
- Deus: Pai e Criador. A providência Divina;
- Doenças sexualmente transmissíveis;
- Enxoval da mãe e do bebê;
- Evangelho no lar;
- Fecundação e aborto;
- O homem e a mulher;
- A gravidez;
- O parto;
- Reencarnação;
- Planejamento familiar;
- Planos para receber o bebê;
- Higiene e organização do lar;
- Jesus, Modelo e Guia;
- Gestação à luz do afeto (relaxamento);

- Pensamento e vontade;
- O lar e a família;
- Malefícios do fumo e do álcool;
- Preparando o seio para a amamentação;
- Vícios morais: a maledicência, a inveja, a preguiça;
- Amor e perdão.

(Fonte: Relatório das atividades do Centro Espírita Ildefonso Correia- período 2008)

### Anexo III

Foto 1: Família atendida pelo Lar Fabiano de Cristo UPI Joana D'Arc



Foto 2: Funcionários da UPI presentes no “IX Festival da Paz”, realizado no dia sete de novembro de 2009.

